

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

ELEIÇÕES 2024

DATA DE NASCIMENTO

Nº INSCRIÇÃO

D.V.

ZONA

BRASÍLIA
TSE
2024

UF



© 2024 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
Brasília/DF – 70095-901
Telefone: (61) 3030-9225

Secretária-Geral da Presidência

Andréa Maciel Pachá

Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal

Roberta Maia Gresta

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento

Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações

Washington Luiz de Oliveira

Conteúdo

Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG)
Secretária: Sabrina Beatriz Ribeiro Pereira da Silva

Estatísticos: Josian Abreu de Carvalho, Thaís Almeida Nunes Martins, Cláudia Raquel da Rocha Eirado e Thiago Patricio Soares de Oliveira

Capa e projeto gráfico

Wagner Castro
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Diagramação

Leila Gomes
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Revisão editorial

Leide Viana
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Impressão e acabamento

Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGIC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
Eleições 2024 [recurso eletrônico] : relatório de avaliação / Tribunal Superior Eleitoral. –
Dados eletrônicos (59 páginas). – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2024.

“Conteúdo: Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG)” –
Verso p. rosto.
Disponível, também, em formato impresso.
Versão eletrônica (PDF).
Modo de acesso: Internet
<<https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes>>

1. Eleição municipal – Relatório – 2024. 2. Eleição municipal – Estatística – 2024. 3.
Eleição municipal – Brasil – 2024. 4. Dados numéricos – Eleições – 2024. 5. Justiça Eleitoral –
Brasil. I. Título.

CDD 324.981
CDU 324(81)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE

Ministra Cármen Lúcia

VICE-PRESIDENTE

Ministro Nunes Marques

MINISTROS

Ministro André Mendonça

Ministra Isabel Gallotti

Ministro Antonio Carlos Ferreira

Ministro Floriano de Azevedo Marques

Ministro Ramos Tavares

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL

Paulo Gonet Branco



TSE

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Metodologia da avaliação	11
2. Sobre as Eleições 2024	17
2.1. Eleitorado apto a votar	19
2.2. Taxa de comparecimento e abstenção	23
2.3. Impactos climáticos nas Eleições 2024: estiagem, chuvas e queimadas.....	25
3. Avaliação das eleições por tema	33
3.1. Gestão das eleições	33
3.2. Logística e preparação.....	35
3.3. Segurança institucional	36
3.4. Candidaturas	39

3.5. Mesários e força de trabalho convocada.....	41
3.6. Urnas eletrônicas	42
3.7. Fiscalização e auditoria	44
3.8. Enfrentamento à desinformação.....	46
3.9. Sustentabilidade.....	47
3.10. Acessibilidade.....	48
3.11. Consultas populares	50
3.12. Prestação de contas.....	51
Referências.....	57



URNA
ELETRÔNICA

JE2022 POSITIVO

URNA
ELETRÔNICA

1 2 3 BRANCO
4 5 6 CONFIRMA
7 8 9 CONFIRMA
0

APRESENTAÇÃO

Ministra Cármen Lúcia

Presidente do TSE

As eleições municipais brasileiras de 2024 realizaram-se sob o signo constitucional da democracia e a busca (de sempre) por maior segurança, ética, integridade e higidez do processo eleitoral.

Para cumprir a sua função constitucional de assegurar a cada cidadã(o) possa ela(e) comparecer ao local de votação previamente marcado e publicamente conhecido, no qual, com calma, possa votar; para se garantir que cada voto seja depositado livre e secretamente na urna, que o resultado da votação seja proclamado com eficiência e celeridade e a totalização seja divulgada segundo o que tiver decidido o eleitorado, a Justiça Eleitoral brasileira trabalha de forma contínua e comprometida com os princípios democráticos constitucionalmente estabelecidos.

Realizado com êxito o processo eleitoral de 2024, cumprindo-se, assim, o serviço público da democracia, que a Constituição conferiu a este ramo do Judiciário, sobrevém, agora, a tarefa de avaliar o feito, técnica e administrativamente, pelos órgãos da Justiça Eleitoral.

O estudo de todos os dados essenciais do processo eleitoral de 2024 possibilita a divulgação do resultado desta análise, para se ter e se dar ciência pública do que há a ser aperfeiçoado, como tudo o que o ser humano faz e que sempre pode ser aprimorado, e do que precisa ser aprontado para as eleições gerais de 2026.

A Justiça Eleitoral – como todo órgão do Poder Judiciário – é de natureza permanente e atua de forma ininterrupta. Os julgamentos prosseguem para garantir a resposta jurídico-processual nos casos de sua competência, e os trabalhos preparatórios das próximas eleições elaboram-se a partir do que se apurou nos processos anteriores.

Neste momento de avaliação e divulgação de resultados da análise do processo eleitoral de 2024, levada a efeito pelos órgãos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a partir dos elementos carreados dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), cabem agradecimentos especiais.

**# VOZ DA
DEMOCRACIA
ELEIÇÕES 2024**

Em primeiro lugar, aos mais de 24.000 (vinte e quatro mil) servidores da Justiça Eleitoral brasileira, exemplos de compromisso e responsabilidade, que honram a cidadania brasileira e demonstram a persistente necessidade do Estado-juiz eleitoral. Os servidores do sistema eleitoral são modelos de profissionais devotados e especiais, voltados à causa pública e ao compromisso com o serviço a se oferecer à cidadania em data, prazo e hora legalmente determinada.

Aos colaboradores da cidadania, quase dois milhões de mesários especialmente, que comparecem e tornam possível a operação de acompanhamento do eleitorado no momento do voto e tornam-no seguro, tranquilo e eficiente, além de garantir a acessibilidade de todas as cidadãs e de todos os cidadãos habilitados a votar nos locais de votação, zelando pelas cabines e urnas e pelo ambiente eleitoral. Muito obrigada por acreditarem no Judiciário eleitoral e por fazerem parte do processo democrático como protagonistas especiais das eleições.

Às juízas e aos juízes eleitorais brasileiros, que contribuem para que o Estado-juiz não se ausente da zona eleitoral. Juiz ausente é justiça indigente. O Estado democrático de direito obriga a presença. Comarca vazia é território desabitado de direito. Em qualquer lugar do País onde haja uma(um) cidadã(o) jurisdicionada(o) haverá de ali estar um juiz, a garantir que direito não seja retórica, senão realidade construída para a segurança de direitos enunciados na Constituição e nas leis. Nas eleições de 2024, pleiteamos a presença do juiz em todos os municípios brasileiros, muitos distantes uns dos outros conquanto de uma mesma comarca, nem sempre correspondente a uma zona eleitoral.

A cidadania desconhece limites definidos em normas jurídicas. Cidadã(o) vive no município, no qual vota e para o governo do qual se faz representar e para isso vota. Onde ele está haverá de estar a urna, a cabine de votação, a(o) mesária(o) e o juiz. Agradeço aos Tribunais que atenderam ao pleito e garantiram essa presença judicial.

À imprensa livre, independente e democraticamente empenhada na arquitetura republicana pátria, na qual se possa viver uma Democracia de direito, na qual todas as pessoas participem. Sem imprensa livre, a Democracia não tem chance e a cidadania não tem garantia dos seus direitos. Muito obrigada por informar com seriedade, criticar com severidade e divulgar com austeridade.

Principalmente, muito obrigada a cada cidadã e a cada cidadão brasileira(o), que comparece às seções eleitorais, que debate o que quer e busca no processo político-eleitoral, que não se deixa violentar por desinformações matreiras e perigosamente antidemocráticas, que não renuncia a seus direitos e, assim, protagoniza a história democrática do Brasil.

Democracia se faz todo dia. A Justiça, também. Mas a injustiça não dá sossego. Há que se estar atento e diligente contra todas as aventuras antidemocráticas. Elas não têm parado na história humana. Mas a democracia também não tem desistido. E o melhor de tudo é que há democratas teimosos e decididos. Esses são necessários para a humanidade. A Justiça Eleitoral trabalha para e com essas pessoas. E trabalha sempre, sem renúncia nem cansaço.

Brasília, primavera de 2024

**JUSTIÇA
ELEITORAL**



**CABINA DE
VOTAÇÃO**





CICLO DE
TRANSPARENCIA
DEMOCRATICA

ABERTURA DO
CÓDIGO-FONTE

#V-2. PA
TRANSPARENCIA

Tribunal
Superior
Eleitoral

CICLO DE
TRANSPARENCIA
DEMOCRATICA

ABERTURA DO
CÓDIGO-FONTE

#V-2. PA
TRANSPARENCIA

Tribunal
Superior
Eleitoral

CICLO DE
TRANSPARENCIA
DEMOCRATICA

ABERTURA DO
CÓDIGO-FONTE

1247

CICLO DE
TRANSPARENCIA
DEMOCRATICA

#V-2. PA
TRANSPARENCIA

Tribunal
Superior
Eleitoral

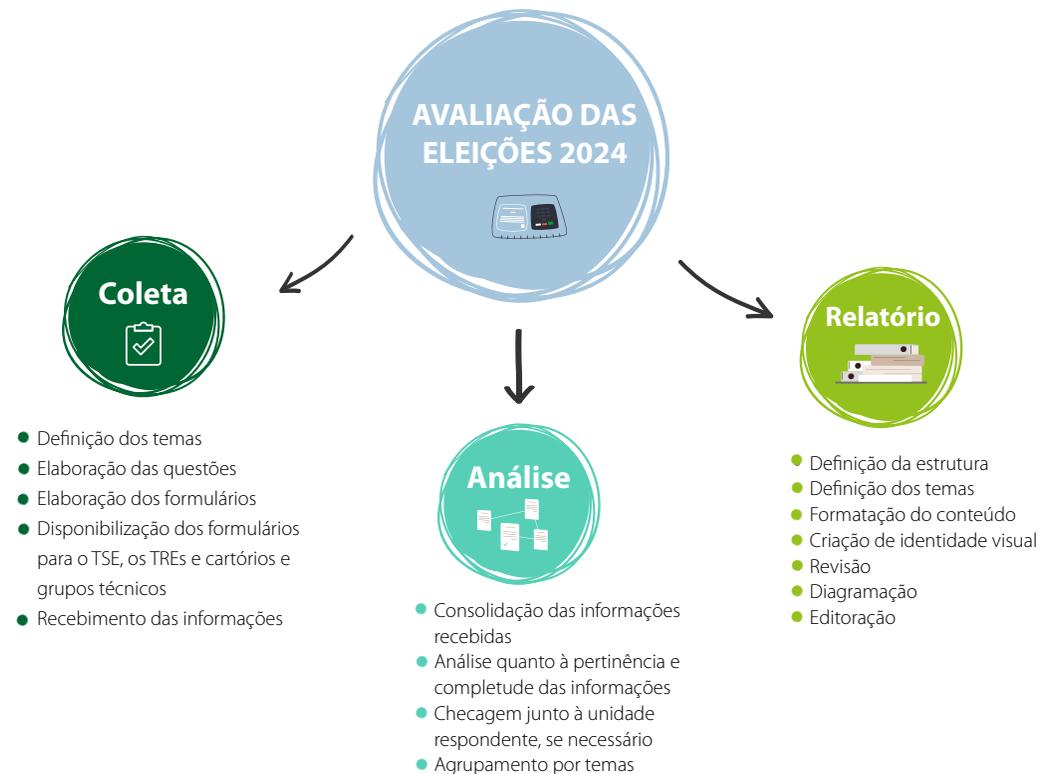
positivo

1. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Com o término de mais um ciclo eleitoral, é fundamental a realização de balanço abrangente das eleições de 2024 para avaliar o que foi planejado e executado, bem como para verificar a eficácia das decisões e ações implementadas. Esse processo de avaliação, conduzido sob a ótica da Justiça Eleitoral, tem como objetivo analisar tanto os resultados quantitativos quanto os qualitativos das eleições, identificando pontos fortes, desafios enfrentados e áreas que precisam de maior atenção para melhoria.

Nesse contexto, a metodologia adotada para a avaliação das Eleições 2024 foi estruturada em três grandes etapas:

- 1) coleta;
- 2) análise;
- 3) relatório.



Após a última etapa, será realizada reunião de avaliação das eleições e, posteriormente, os grupos técnicos se aprofundarão nos dados e informações captados e apresentarão propostas de planos de ação para o aprimoramento do planejamento, das ações e dos sistemas para as próximas eleições de 2026.

Etapa I – Coleta

O formulário de Avaliação das Eleições 2024 encaminhado para os TREs e cartórios eleitorais contou com diferentes formas de obtenção das informações de interesse. Foram utilizados principalmente itens de seleção exclusiva, múltiplas seleções e questões abertas, que abordaram alguns temas que abrangem quatro grandes fases do processo eleitoral: pré-eleições, campanha, votação e pós-votação. Os temas do questionário foram os seguintes.

Temas	Abordagem das perguntas
Gestão de eleições	Avaliar como os Tribunais se organizaram para a gestão do processo eleitoral, a fim de adotar e compartilhar boas práticas na gestão eleitoral, focando em processos e estratégias para eficiência.
Logística e preparação	Identificar os desafios enfrentados na distribuição e preparação das urnas nos estados, além de obter informações sobre as condições de mobilidade local durante o processo eleitoral.
Segurança institucional	Compreender a organização dos grupos de segurança e a relação institucional entre os Tribunais e as forças de segurança para garantir a integridade das eleições.
Capacitação interna	Investigar as ações de capacitação realizadas, incluindo o público-alvo e os objetivos das atividades de treinamento.
Candidaturas	Identificar eventuais problemas gerais observados pelos Tribunais durante o processo de registro e validação das candidaturas.

Temas	Abordagem das perguntas
Mesários	Avaliar os procedimentos de substituição de mesários faltosos e as capacitações específicas, baseadas nas necessidades locais identificadas para o bom funcionamento da votação.
Eleitorado	Levantar os canais de atendimento utilizados e as análises feitas pelos Regionais sobre a abstenção, considerando os contextos sociais, políticos e ambientais locais.
Fluxo de votação	Identificar quais estados enfrentaram dificuldades com longas filas de votação e entender as possíveis causas e impactos dessas dificuldades.
Urna eletrônica	Considerando que as informações técnicas sobre o funcionamento das urnas estão registradas em seus respectivos logs, sob os cuidados da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/TSE), as perguntas sobre as urnas eletrônicas aos Tribunais Regionais tiveram como objetivo investigar como os Tribunais se organizaram para alimentar o sistema Ocorre-JE, responsável pelo monitoramento das ocorrências relacionadas às urnas durante a votação.
Totalização	Identificar eventuais dificuldades enfrentadas para a transmissão dos boletins de urna e entender os desafios locais no processo de transmissão remota.
Fiscalização e auditoria	Analisar os problemas identificados nos testes de auditoria, as evoluções observadas e as participações de órgãos fiscalizadores no processo eleitoral.
Enfrentamento à desinformação	Investigar como os Tribunais têm atuado no combate à desinformação, incluindo o uso de tecnologias para desmentir informações falsas e manipulação virtual.
Sustentabilidade	Examinar as estratégias locais adotadas para promover boas práticas e garantir a sustentabilidade das ações eleitorais.
Comunicação institucional	Compilar as campanhas de comunicação institucional locais, abordando como as questões específicas dos estados foram tratadas para informar e engajar a população.
Prestação de contas	Identificar os desafios enfrentados na prestação de contas eleitorais, mensurando as necessidades de pessoal e os recursos para assegurar a transparência do processo.

Temas	Abordagem das perguntas
Gerais	Por fim, foi disponibilizado espaço para que os Regionais possam incluir sugestões e tratar de assuntos que considerem relevantes, mas que não foram contemplados nas questões anteriores.

Para a coleta e organização de dados das unidades do TSE, foi elaborado outro questionário composto, majoritariamente, por questões discursivas, destinadas às unidades do TSE e aos coordenadores dos Grupos de Trabalho (GTs) das eleições, criados pela Portaria-TSE n. 450/2024.

A referida portaria institui uma comissão e oito GTs, compostos por representantes do TSE, dos Tribunais Regionais e dos cartórios eleitorais. O objetivo é estudar a adequação dos sistemas informatizados e dos procedimentos eleitorais para as eleições municipais, suplementares e consultas populares de 2024, considerando as inovações legais e tecnológicas, além de propor melhorias contínuas. Os grupos são:

- ✓ **Comissão Formulários:** tem como objetivo elaborar, estudar melhorias e propor alterações nos formulários, incluindo os virtuais, e em outros impressos a serem usados nas eleições municipais, eleições suplementares e consultas populares de 2024, com foco na adequação às inovações legais, tecnológicas e procedimentais.
- ✓ **GT-Auditoria (Fiscalização e Auditoria):** destina-se a realizar estudos sobre o aprimoramento dos procedimentos de fiscalização e a auditoria do sistema de votação eletrônico brasileiro, visando à melhoria dos processos para as eleições de 2024.
- ✓ **GT-Cadastro (Cadastro Eleitoral):** tem como missão estudar as regras negociais e requisitos para a padronização de procedimentos, implementação de melhorias e inovações no Cadastro Eleitoral, além de fornecer suporte e realizar testes nos sistemas relacionados.

- ✓ **GT-Cand (Candidaturas):** realiza estudos sobre a legislação eleitoral e sua adaptação aos procedimentos e sistemas informatizados, com foco no registro de candidaturas, no horário eleitoral gratuito, nas pesquisas eleitorais e no processamento eletrônico dos registros.
- ✓ **GT-Contas (Prestação de Contas Eleitorais):** foca na adequação das normas vigentes aos sistemas informatizados que impactam na elaboração das eleições de 2024, bem como em ações relacionadas à prestação de contas de campanhas eleitorais.
- ✓ **GT-Integração PJe (Processo Judicial Eletrônico):** define e valida os requisitos para sistemas relacionados ao registro de candidaturas, à prestação de contas e à gestão de partidos políticos, com ênfase na integração com o processamento judicial eletrônico.
- ✓ **GT-Mesários:** estuda e propõe melhorias na preparação dos locais de votação, na montagem das seções eleitorais, no fluxo de votação e nas políticas de valorização e estratégias para a atuação dos mesários e apoio logístico.
- ✓ **GT-TOTDIV (Totalização e Divulgação):** realiza estudos sobre a adequação da legislação eleitoral aos procedimentos e sistemas que impactam na transmissão, no recebimento de arquivos da urna, na totalização e na divulgação dos resultados das eleições.
- ✓ **GT-UE (Urnas Eletrônicas):** estuda a adequação dos sistemas e procedimentos relacionados a preparação das urnas eletrônicas, votação e apuração dos votos, garantindo que atendam às necessidades das eleições municipais, suplementares e consultas populares de 2024.

Etapa II – A análise

Para a consolidação dos dados e das informações coletadas foram adotadas diferentes abordagens analíticas.

As questões objetivas, especialmente aquelas com respostas únicas (excludentes), foram analisadas por meio do gráfico de frequência absoluta. Essa técnica permite quantificar as respostas e identificar a distribuição das escolhas dos respondentes, facilitando a compreensão dos resultados de forma clara e objetiva.

Já a avaliação das respostas abertas fornecidas pelos Tribunais Regionais permitiu o agrupamento dos dados de acordo com categorias elaboradas com apoio de inteligência artificial. A partir da agregação das principais citações e da análise específica das respostas foi possível identificar classes dos temas mais recorrentes. Assim, buscou-se apurar elementos de discussão e avaliação dos principais aspectos identificados no levantamento.

Ademais, aproveitou-se a técnica de mineração de textos, que envolve a análise de grandes volumes de dados textuais para extrair padrões, tendências e informações relevantes. Essa abordagem permite transformar dados qualitativos em *insights* que podem ser interpretados de maneira mais precisa e estruturada.

Uma das ferramentas-chave utilizadas na mineração de textos foi a nuvem de palavras. Essa técnica visualiza as palavras mais frequentes nas respostas, com o tamanho de cada termo representando sua ocorrência relativa. Quanto maior o termo, mais vezes ele aparece nas respostas, o que torna a nuvem uma ferramenta eficiente para identificar rapidamente os temas e pontos mais mencionados pelos respondentes. Essa visualização gráfica auxilia o avaliador a perceber rapidamente os

principais assuntos tratados e serve como ponto de partida para uma análise mais profunda.

As estatísticas, relacionadas principalmente à frequência de observação dos assuntos, foram representadas por tabelas e gráficos. Quando consistirem em partes de um todo, as representações geralmente são apresentadas em gráficos setoriais e mapas de árvore. Em itens que possibilitavam a escolha de mais de uma opção ou a citação de diversos assuntos, foi utilizada a representação por gráficos de barras horizontais ou verticais.

Essas técnicas combinadas proporcionam análise rigorosa e consistente dos dados coletados, permitindo a interpretação conjunta dos resultados e facilitando a identificação de áreas que necessitam de atenção ou aperfeiçoamento.

Com a consolidação e a correlação dos dados coletados, deu-se a checagem das informações relativas à pertinência e completude. Em casos específicos, procurou-se obter informações complementares das unidades respondentes para a elucidação de dúvidas. Verificou-se também se a terminologia utilizada nas respostas era a mais adequada para a compreensão do público, ajustando-se o que se mostrou necessário para maior clareza do que apresentado.

Etapa III – O relatório

O Relatório de Avaliação das Eleições 2024 visa apresentar visão abrangente sobre o desempenho do pleito abordando, de maneira sistemática, diversos aspectos do processo eleitoral, como as questões operacionais, logísticas, tecnológicas e administrativas.

Outro objetivo importante é possibilitar a análise crítica e construtiva, que permita avaliar não apenas os resultados alcançados, mas também

os desafios enfrentados, as soluções adotadas e as lições aprendidas no processo eleitoral de 2024. Assim, o relatório não apenas documenta o que foi realizado, mas também projeta um caminho para aprimorar o processo eletrônico de votação em termos de eficiência, transparência e acessibilidade.

Este documento reforça o compromisso da Justiça Eleitoral com a transparência, um dos pilares essenciais da democracia brasileira. O princípio constitucional da publicidade, que conduz à transparência como qualidade que se cumpre no desempenho estatal, incluído o judicial, não se resume à clareza nas ações administrativas. Antes, refere-se também à capacidade de levar a efeito uma reflexão crítica sobre os procedimentos adotados, ouvir as contribuições das partes que comparecem e atuam no processo e, com base nisso, realizar ajustes contínuos para garantir o permanente aprimoramento do processo eleitoral, que haverá de ser cada vez mais justo na busca de sua excelência, para merecer a cidadania brasileira.

Além de assegurar a qualidade ética, livre, segura, transparente e eficiente das eleições brasileiras, o ciclo de avaliação e aprimoramento contínuo protege a confiança do povo no sistema eleitoral democrático, mantendo a legitimidade dos resultados e o fortalecimento das instituições estatais em deferência aos direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos.





2. SOBRE AS ELEIÇÕES 2024

Em 6 de outubro de 2024, mais uma vez, o Brasil amanheceu eleitor. Nos dias que antecederam aquela manhã, helicópteros cruzaram céus esfumados e atravessaram áreas de estradas-rios esturricados pela estiagem prolongada no norte do País; rabetas vararam areais em que se converteram olhos d'água, enquanto micro-ônibus avançaram nas estradas do sul todos para garantir que os quase 156 milhões de brasileiras e brasileiros (155.912.680) habilitados ao voto pudessem exercer, livre, segura e calmamente, o seu direito constitucional fundamental de escolher o prefeito e respectivo vice e o vereador de sua escolha para compor a Câmara Municipal.

Em 5.569 municípios, de São Vicente (considerado o município mais antigo do Brasil e integrando o Estado de São Paulo) a Boa Esperança do Norte (no Mato Grosso, criado em 2023), eleitoras e eleitores foram às urnas e ali depositaram seus desejos, seus sonhos, suas possibilidades para a formação do Poder Executivo e Legislativo municipal. No caso de Boa Esperança do Norte-MT, esse novo município teve sua criação confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 2023, tendo eleitorado de 4.243 votantes. O eleitorado brasileiro teve a sua escolha incidente sobre um total de mais de 460 mil candidatos.

Em 26 estados da Federação brasileira, cidadãs e cidadãos compareceram às suas seções de votação (foram 2.619 zonas eleitorais em todo o País, distribuídas em 94.391 locais de votação e 500.341 seções eleitorais, sendo 22.314 agregadas e 478.027 principais) e, em mais de 500 mil urnas eletrônicas, depositaram seu voto secreto para que delas se extraíssem as escolhas políticas realizadas.

Em seis estados, as eleições terminaram naquele domingo. Não houve segundo turno em qualquer um de seus municípios. Assim, em Acre, Alagoas, Piauí, Roraima, Santa Catarina e Sergipe, as eleições ocorreram em um único dia de votações.

Os demais estados, com maior ou menor número, 51 municípios, dos quais 15 sendo capitais dos entes estaduais, esperaram o segundo momento eleitoral para ultimar o processo. Apenas quando ultrapassada essa fase se proclamou aperfeiçoado o pleito. A Constituição brasileira estabelece a possibilidade de, em segundo turno, haver novo

turno de votações quando, contando o município mais de 200 mil eleitores, não obtiver algum dos candidatos a maioria absoluta dos votos na primeira fase de votação.

No sistema de maioria absoluta, o candidato não é eleito apenas por obter mais votos que seus concorrentes; ele deve conquistar mais da metade dos votos válidos, ou seja, excluindo os votos nulos e brancos. Caso nenhum candidato alcance essa maioria no primeiro turno, um segundo turno é realizado entre os dois mais votados. Diferentemente disso, se um candidato obtiver a maioria absoluta já no primeiro turno, ele é considerado eleito, dispensando o segundo turno.

Em cinco municípios, o eleitorado também votou em consulta popular, introduzido no sistema no mesmo ato de votação, em razão de determinação de cada Câmara Municipal, como determinado constitucionalmente. À Justiça Eleitoral cabe apenas realizar e administrar o processo de consulta formulada e respondida pelo eleitorado no mesmo processo eleitoral.

Foram declarados eleitos 68.806 candidatos, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Os prefeitos representam 7,96% do total de eleitos, os vice-prefeitos com igual parcela de 7,96% e os vereadores representam 84,08% dos candidatos eleitos nas Eleições Municipais 2024. São esses os números absolutos, disponíveis na Página de Estatísticas Eleitorais do TSE, consultados dia 27/11/2024, às 12h30, excluídos aqueles que, conquanto tenham obtido votação, ainda pendem de decisão judicial definitiva sobre a sua condição para ser proclamado eleito, diplomado e, depois, empossado:

Cargo	Qtd. eleitos	Porcentagem (%)
Prefeito	5.477	7,96
Vice-prefeito	5.477	7,96
Vereador	57.852	84,08
Total	68.806	100

Fonte: página Estatísticas Eleitorais do TSE em 29/11/2024.

Boa é a nota que se tem a partir da análise do perfil das candidaturas eleitas. Em todas as categorias de cargos, houve crescimento na representatividade feminina, embora seja aumento muito menor do que seria aquele buscado para se chegar à representatividade legítima no processo político.

Em 2020, 10.920 mulheres foram eleitas, o que representou 15,83% do total de eleitos, um aumento em relação a 2016, quando 9.234 mulheres foram eleitas, o que correspondia a 13,43% do total de eleitos. Seguindo essa crescente progressão, em 2024, 12.331 mulheres foram eleitas, representando 17,92% do total.

Em 2024, 725 mulheres foram eleitas prefeitas, o que equivale a 13,23% do total de prefeitos eleitos. No cargo de vice-prefeita, 1.051 mulheres foram escolhidas, representando 19,18% do total de vice-prefeitos eleitos. Nas Câmaras Municipais, 10.555 mulheres foram eleitas vereadoras, correspondendo a 18,24% do total de vereadores eleitos no Brasil.

Anote-se que, desde o final dos anos 1990, quando o registro de candidaturas passou a incluir informações sobre o gênero dos candidatos, 241 municípios elegeram sua primeira prefeita apenas nas eleições de 2024. A crescente eleição de mulheres reflete um avanço, mas também destaca que a plena igualdade de gênero na política, especialmente em

cargos de poder, ainda exige esforços contínuos para superar barreiras de preconceitos, dificuldades e violências estruturais e culturais.

Neste ano, a eleição de pessoas que se declaram negras, a englobar mulheres e homens, corresponde a 44,04%. Pessoas com deficiência representam 0,63%, indígenas somam 0,37% e quilombolas, 0,55%.

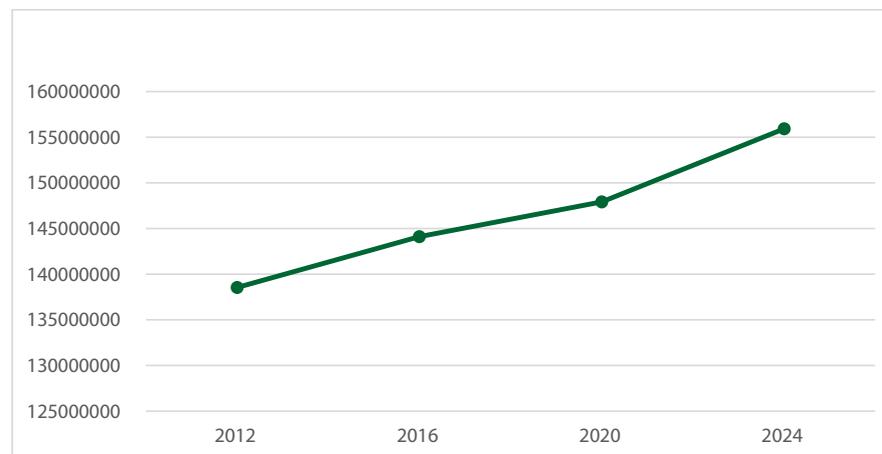
2.1. ELEITORADO APTO A VOTAR

O eleitorado apto na eleição municipal é distinto daquele que comparece em eleição geral, por se restringir aos eleitores registrados com domicílio eleitoral no município onde ocorre a votação. Quer dizer, no pleito municipal, como as Eleições 2024, o eleitorado apto não inclui cidadãos do Distrito Federal, residentes de Fernando de Noronha ou eleitores registrados para votar no exterior (ZZ).

A não ocorrência de eleições este ano no Distrito Federal deve-se à sua condição de unidade federativa autônoma, criada especificamente para ser a capital do País, sem divisão em municípios e com estrutura de governo própria. Fernando de Noronha não participa por ser um distrito estadual vinculado a Pernambuco, com natureza de autarquia estadual e personalidade de direito público interno, situada em uma Área de Preservação Permanente (APP).

Entre 2016 e 2020, o número de eleitores aumentou de 144,1 milhões para 147,9 milhões, refletindo acréscimo de aproximadamente 3,8 milhões de pessoas. Em 2024, o eleitorado deu um salto e alcançou o número de 155,9 milhões, o que representa ampliação de cerca de 8 milhões em relação a 2020, como se observa:

Evolução do eleitorado (2012-2024)



Fonte: página Estatísticas eleitorais do TSE em 29/11/2024.

Sobre o perfil do eleitorado brasileiro, uma das características mais notáveis é a alta representação feminina, que corresponde a 52,47% do eleitorado (81.806.914), superando o número de homens, que são 47,51% (74.076.997). O percentual do eleitorado por gênero se apresentou constante, sem grandes variações nos últimos dois pleitos, veja-se:

Ano	Feminino		Masculino		Não informado		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2016	72.226.056	52,21	68.767.634	47,73	95.222	0,07	144.088.912
2020	77.649.569	52,49	70.228.457	47,48	40.457	0,03	147.918.483
2024	81.806.914	52,47	74.076.997	47,51	28.769	0,02	155.912.680

Fonte: página Estatísticas Eleitorais do TSE em 29/11/2024.

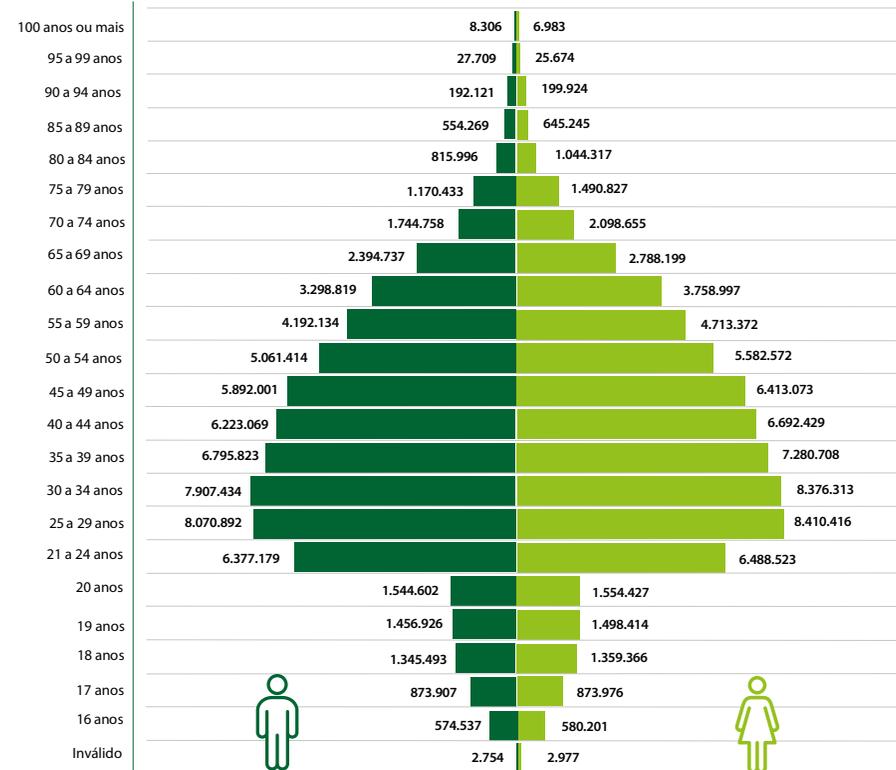
Sobre o eleitorado facultativo, entre 2012 e 2020, observou-se tendência de diminuição no número de jovens, 16 e 17 anos. Em inequívoco aumento daqueles com 70 anos ou mais se verifica que há déficit eleitoral da estrutura institucional, pois, enquanto para os primeiros há campanhas de convite e elucidação sobre o processo eleitoral legalmente estabelecidas, para as pessoas idosas nada se prevê, dependendo do arranjo administrativo e da sensibilidade dos agentes públicos, como ainda se comprova preconceito social inaceitável, como se dá, por exemplo, em filas de eleitoras e de eleitores, nas quais há manifestações contrárias ao legítimo direito desse eleitorado. O etarismo mostra seus dentes na intolerância daqueles que, ao invés de aprenderem democracia com as pessoas idosas, desdenha-as em abjeto e inaceitável preconceito.

Em 2024, porém, o eleitorado jovem facultativo registrou singela recuperação, refletindo contexto de maior inclusão política dessa faixa etária. Em 2020, o eleitorado jovem de 16 e 17 anos representava 0,69% do total de eleitores, somando 1.030.562 pessoas. Neste ano, esse grupo cresceu para 1.836.081, o que equivale a 1,18% do total de eleitores.

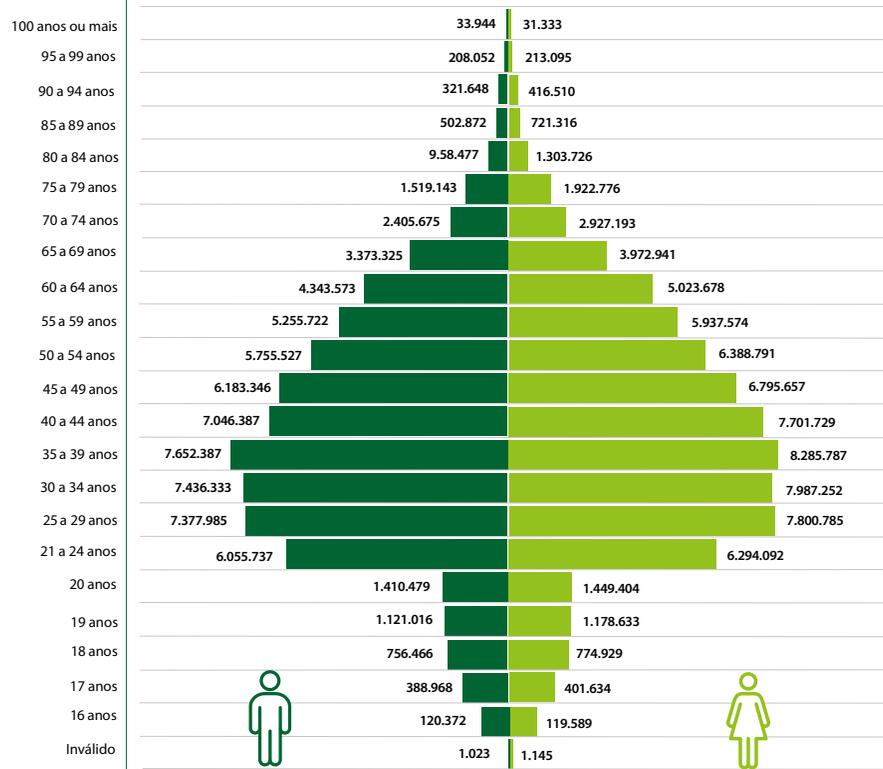
Ainda assim, de maneira geral, ao observar a pirâmide etária do eleitorado brasileiro, verifica-se mudança em sua base, composta pelos jovens de 17 e 19 anos, indicando menor participação dessa faixa etária no eleitorado, a ver:

Pirâmides etárias

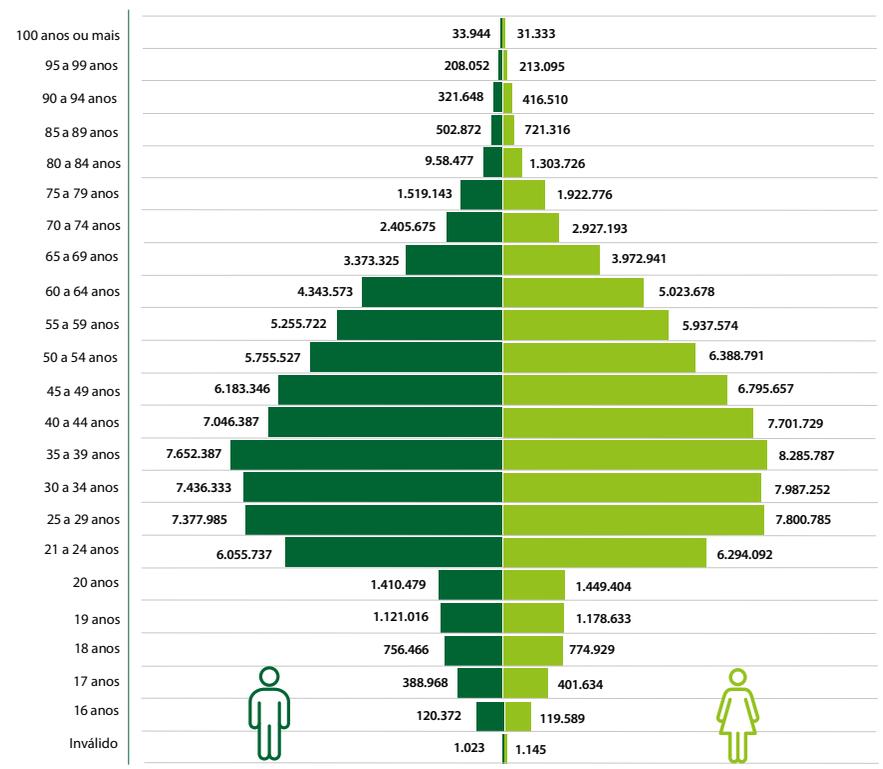
2012

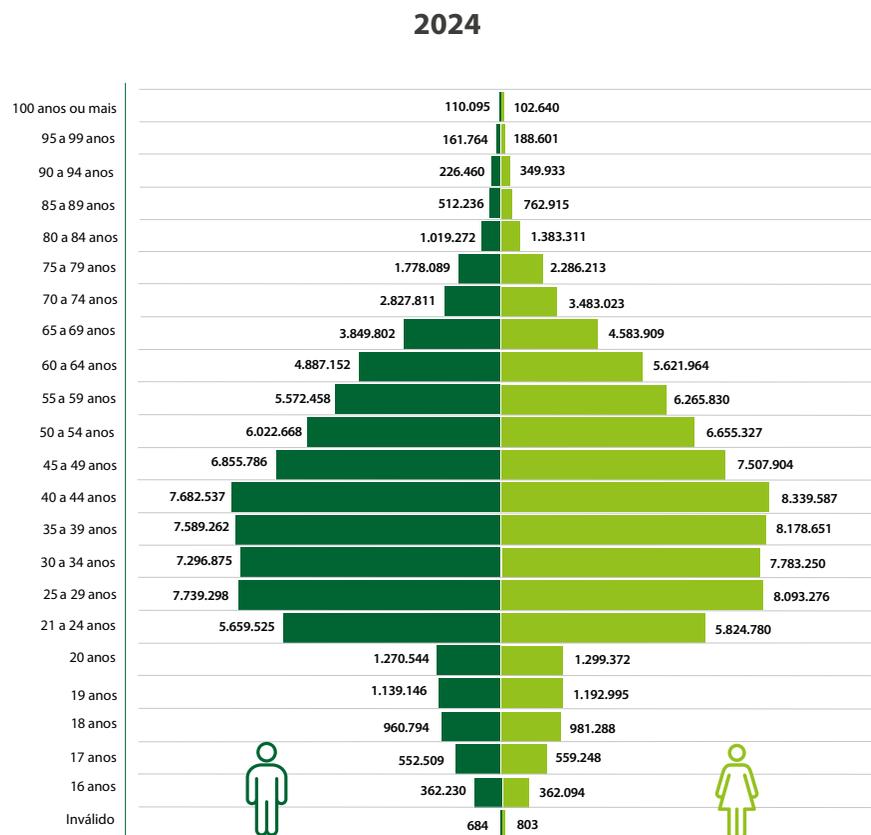


2016



2020





Esse movimento não causa estranheza, considerando-se que a taxa de natalidade no Brasil diminuiu e a população está envelhecendo, com número crescente de pessoas mais idosas e menos jovens. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de crianças de até 14 anos caiu 12,6%, passando de 45,9 milhões (24,1% da população) em 2010 para 40,1 milhões (19,8%) em 2022, o que resulta em menos jovens ingressando no eleitorado. Para os idosos, por outro lado, o movimento é inverso.

O número de eleitores com 70 anos ou mais tem aumentado constantemente. Entre 2012 e 2024, o número de eleitores dessa faixa etária saltou de 10.043.487 para 15.208.667, representando aumento de 51,42%. Esse crescimento tem se mostrado consistente ao longo dos pleitos, veja-se:

Ano	Eleitores 70+	% crescimento	Eleitorado total	%
2012	10.043.487	-	138.544.348	7,25
2016	11.352.863	13,04	144.088.912	7,88
2020	13.508.088	18,98	147.918.483	9,13
2024	15.208.667	12,59	155.912.680	9,75

Fonte: página Estatísticas Eleitorais do TSE em 27/11/2024.

A faixa etária predominante entre os eleitores é de **25 a 44 anos**, que totaliza **62,7 milhões** de pessoas. Este é o eleitorado por faixa etária:

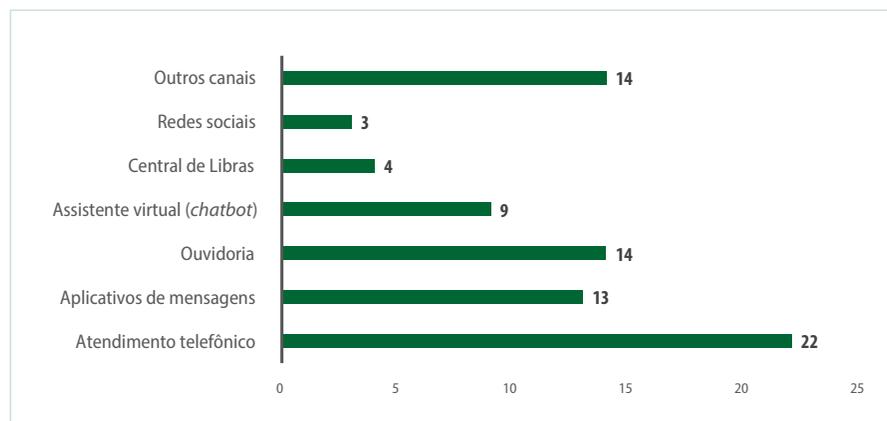
- ✓ 25 a 44 anos: 62,7 milhões;
- ✓ 45 a 69 anos: 57,8 milhões;
- ✓ 16 a 24 anos: 20,1 milhões;
- ✓ 70 a 100 anos: 15,2 milhões.

É importante destacar que a Justiça Eleitoral oferece diversos canais de atendimento às eleitoras e aos eleitores, de forma presencial, nos cartórios eleitorais e nas centrais de atendimento ao eleitor, ou na modalidade *online*, pelo autoatendimento eleitoral, do e-Título, entre outros.

No Formulário de Avaliação das Eleições, os Tribunais Regionais foram questionados sobre os canais de atendimento ao eleitor utilizados durante as eleições. Dentre as respostas, 22 Regionais (85%) indicaram frequência na utilização do atendimento telefônico, sendo essa a forma mais recorrente. Também foram mencionados os sistemas da ouvidoria, utilizados por 14 Regionais (54%), e aplicativos de mensagens, citados

por 13 Regionais (50%). Além disso, 9 Tribunais (35%) relataram o uso de assistentes virtuais ou *chatbots* no atendimento, 4 (15%) mencionaram centrais de Libras e 3 (11%) informaram o uso de redes sociais.

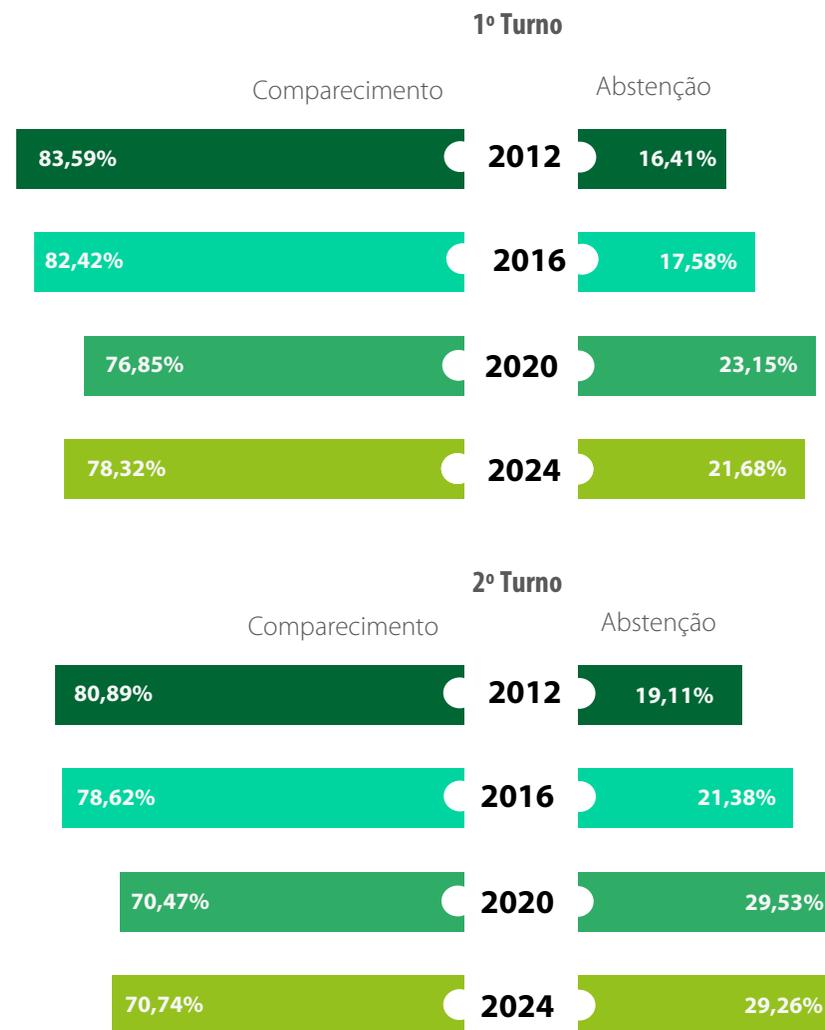
Canais de atendimento ao eleitor utilizados para a eleição (agrupados)



2.2. TAXA DE COMPARECIMENTO E ABSTENÇÃO

O 1º turno das Eleições 2024 registrou o comparecimento de 78,32%, isto é, aproximadamente 122 milhões de brasileiros compareceram às urnas para escolher prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. O índice de abstenção ficou, em média, 21,71%, embora tenha sido menor do que a abstenção observada nas eleições municipais de 2020, ano da pandemia da Covid-19, que foi de 23,15%. O número de abstenções em 2024 superou a taxa de 2016, que foi de 17,58%.

Comparecimento e abstenção – 1º e 2º turnos – 2012 a 2024 Eleições municipais – Brasil



Fonte: página Estatísticas Eleitorais do TSE em 27/11/2024, às 12h30.

Pelo gráfico acima, referente ao comparecimento e à abstenção nas últimas quatro eleições municipais, observa-se leve tendência de queda no comparecimento tanto no 1º quanto no 2º turno, no período de 2012 a 2024.

A diferença entre 2012 e 2024 é de 5,27 pontos percentuais no 1º turno e 10,05 no 2º turno. Entretanto, ao comparar apenas as eleições de 2020 (ano da pandemia) e de 2024, percebe-se leve recuperação no comparecimento dos eleitores, com aumento de 1,47 pontos percentuais no 1º turno. Relacionando os 1º e 2º turnos na mesma eleição, um padrão recorrente é o maior comparecimento no primeiro.

Quanto às abstenções, o comportamento é o oposto. Para o período de 2012 a 2024, observa-se tendência de alta nas abstenções. Porém, ao considerar as eleições pós-pandemia (2020 x 2024), há redução na abstenção de 1,47 pontos percentuais no 1º turno.

De se ressaltar que a ausência do eleitor ao pleito não pode ser atribuída a uma única explicação. A abstenção tem causas diversas. Identificá-las é tarefa complexa que vai além da coleta e correlação de dados estatísticos, mas também é imprescindível para que se tenha a possibilidade de superá-las e aprimorar as condições que permitam melhorar. É necessário considerar uma série de fatores imprevistos, como acontecimentos pessoais, além de variáveis socioeconômicas, políticas e psicológicas que podem influenciar o comportamento do eleitor.

Dentre os fatores objetivos que contribuem para a abstenção, destacam-se situações como viagens para outros estados, municípios ou até para o exterior, que impedem o eleitor de comparecer ao local de votação. Nesse item, deve ser considerada a data da eleição, especialmente no segundo turno, onde houver, que tem sido objeto de manipulação com feriado nacional no primeiro dia de novembro e ponto facultativo (e, portanto, mutável ao talante do governante municipal e também do

estadual e que acarreta consequências eleitorais) decorrente do dia do servidor. Nesse caso, a reunião de feriado com ponto facultativo leva a programas de cidadãos e de cidadãos que levam a viagens sem retorno no domingo das eleições. Outra razão significativa é a mudança de residência para novo município sem a devida atualização do domicílio eleitoral. Também há a situação de eleitores que, por motivos de saúde ou pela ocorrência de fenômenos climáticos adversos, não conseguem se deslocar para os locais de votação. Há, é certo e não se desconhece, a condição de eleitoras e eleitores que, mesmo com a obrigatoriedade do voto, por desinteresse, desilusão com partidos políticos ou candidatos, optam por não votar.

Em alguns desses casos também interferiu a facilidade de justificativa da ausência, até mesmo pelo uso de dispositivo disponibilizado pela Justiça Eleitoral, o que haverá de ser revisitado considerando-se que o voto é obrigatório, nos termos do art. 14 da Constituição brasileira, havendo de se cumprir o comando constitucional como responsabilidade de todas as pessoas com a sociedade.

Anote-se, ainda, outro fator importante a considerar, qual seja, a situação de eleitoras e eleitores presos após o fechamento do cadastro eleitoral ou aqueles que, estando presos provisoriamente, não tiveram acesso à cabine de votação. Esses cidadãos são, igualmente, contabilizados nas estatísticas gerais de abstenção.

Portanto, há uma multiplicidade de fatores que influenciam o comportamento eleitoral e impactam nos dados de comparecimento e abstenção.

E como antes observado, no índice de abstenção computam-se tanto o eleitorado obrigatório quanto o facultativo, o que não pode ser considerado para se chegar às causas efetivas das ausências.

2.3. IMPACTOS CLIMÁTICOS NAS ELEIÇÕES 2024: ESTIAGEM, CHUVAS E QUEIMADAS

O ano de 2024 foi marcado por eventos climáticos extremos que afetaram todo o País, o que tornou ainda mais desafiadora a logística e preparação para as eleições municipais. De um lado, muitos municípios enfrentaram o excesso de chuvas e enchentes, o que causou alagamentos, dificuldades de acesso e danificou a infraestrutura essencial para o processo eleitoral, como cartórios, Tribunais, escolas e centros comunitários, frequentemente utilizados como locais de votação. De outro, em várias áreas, a seca prolongada afetou rios e igarapés, impactando no transporte e na distribuição de materiais eleitorais para regiões mais isoladas.

As queimadas que devastaram diversas partes do País em 2024 trouxeram ainda mais complicações logísticas. Em algumas regiões, os focos de incêndios prejudicaram a visibilidade, reduziram a qualidade do ar e dificultaram o deslocamento das equipes eleitorais, tornando a operação ainda mais arriscada e demorada. Em grande parte do País, a fumaça intensa permaneceu por semanas, o que afetou tanto a segurança quanto o bem-estar dos eleitores e das equipes atuantes na eleição.

Os desafios não afetaram o êxito e a tranquilidade das eleições de 2024. Apesar dos perrengues, especialmente aqueles decorrentes dos graves eventos climáticos extremos, a Justiça Eleitoral, seus agentes e colaboradores, as instituições parceiras, com grande empenho e dedicação, conseguiram superar as dificuldades e garantir que o processo eleitoral fosse realizado garantindo-se ao eleitorado a necessária calma social e institucional e a merecida excelência. Nenhum problema significativo comprometeu os esforços das equipes trabalhadoras, tendo o pleito

ocorrido em clima de normalidade, sem adversidades que não aquelas próprias de uma superoperação, na qual mais de 150 milhões de pessoas deslocam-se no mesmo dia, no mesmo horário (de 8 às 17 horas), em quase 6 mil municípios, com acesso a mais de 500 mil urnas eleitorais sem se ter notícia sequer de conflitos graves, dentro da normalidade, o que evidencia a força da democracia brasileira e reafirma a capacidade do sistema eleitoral em manter a integridade das eleições.

Estes são os principais desafios identificados e as respectivas soluções implementadas pelos TREs e cartórios eleitorais:

Temas gerais	Desafios	Soluções
Condições climáticas adversas	Estiagens históricas em algumas regiões afetaram o transporte de urnas e pessoal, com rios em níveis muito baixos e igarapés secos.	Antecipação da distribuição e uso de transportes alternativos, como barcos, lanchas pequenas, aviões, carroças de tração animal e até caminhadas longas.
	Enchentes causaram a destruição de cartórios e danos às vias de transporte em algumas regiões, comprometendo a preparação e a logística de distribuição.	Esforço redobrado para recompor os espaços afetados. Urnas e materiais foram realocados para garantir a continuidade das operações, e a gestão de estoques foi reorganizada.
	A cheia de rios e as chuvas excessivas dificultaram o transporte de urnas e materiais para áreas de difícil acesso.	Uso de transporte fluvial, como barcos e lanchas, e aumento da permanência das equipes para garantir a continuidade das operações. Em alguns casos, os locais de votação foram alterados.

Temas gerais	Desafios	Soluções
Impactos das queimadas	Queimadas afetaram diversas regiões, interrompendo o fornecimento de energia e prejudicando locais de votação, logística de transporte e comunicação.	Realização de vistorias de segurança e substituição de locais afetados em áreas de difícil acesso. Baterias externas e estabilizadores foram utilizados para garantir o funcionamento das urnas.
	Em algumas regiões, as queimadas afetaram também o fornecimento de energia durante a votação e a transmissão de resultados .	Uso de comunicação via satélite (Sistema BGAN) para superar as limitações de comunicação e garantir o andamento da eleição.
	A fumaça das queimadas prejudicou a visibilidade e afetou a logística e a distribuição de urnas e equipamentos, além de gerar atrasos na instalação de seções eleitorais .	Uso de helicópteros da Força Aérea Brasileira (FAB) para transporte e adaptação da logística militar para superar as dificuldades climáticas. Ajustes no planejamento minimizaram os impactos dos atrasos nas seções eleitorais.
Distribuição de urnas, suprimentos e assistência técnica	Desafios na distribuição de urnas para locais de difícil acesso, com escassez de veículos adequados e condições precárias das estradas .	Uso de urnas modelo 2020/2022 para zonas eleitorais mais distantes, e urnas mais antigas (2013/2015) para zonas eleitorais mais próximas. Criação de polos de substituição para apoiar a distribuição e o transporte das urnas.
	Desafios na movimentação de urnas entre cartórios eleitorais, principalmente devido à distância e às dificuldades na distribuição das urnas.	Planejamento estratégico para permitir a distribuição rápida de urnas, priorizando as regiões mais distantes da capital.

Temas gerais	Desafios	Soluções
Distribuição de urnas, suprimentos e assistência técnica	Atraso na entrega de baterias para urnas antigas, o que prejudicou a instalação e a distribuição dos equipamentos para as zonas eleitorais.	Envio de baterias externas como reservas para garantir o funcionamento das urnas.
	Necessidade de agilizar a totalização nos municípios devido ao volume de dados e à quantidade de urnas.	Ampliação dos pontos de transmissão de boletim de urna com a infraestrutura disponível, utilizando kits JE-Connect e a colaboração com escolas e prédios de outros órgãos para acelerar a transmissão de dados.
	Desafio em capacitar servidores, contratados e requisitados para trabalhar com urnas modelo 2020/2022 em mais da metade do estado.	Intensificação dos treinamentos presenciais e disponibilização de treinamentos <i>online</i> para atender a todas as zonas eleitorais e servidores.









Por favor, aguardar.

SEGURANÇA

BATERIA INTERNA

AGUARDE

LIBERADO

DEBOLD

CONFIRMA

CANCEL

EMISSÃO DA ZEREDIMA E 201

MASTER

REGISTRO



e-Título



Justiça
Eleitoral



3. AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES POR TEMA

A Justiça Eleitoral trabalhou com dedicação e total engajamento para que o processo eletrônico de votação transcorresse de forma segura e tranquila. Para assegurar ambiente de confiança e transparência, foram implementadas rigorosas medidas para que eleitoras e eleitores pudessem exercer seu direito ao voto de maneira tranquila, entre 8h e 17h do domingo de votação, sempre no horário de Brasília.

A infraestrutura preparada visou garantir que cada eleitor se dirigisse a seu local de votação com segurança e que a urna eletrônica, confiável e auditável, registrasse seu voto de forma inquestionável. Apresentam-se, na sequência, os itens mais relevantes sobre diversos temas relacionados ao processo eleitoral, incluindo: gestão das eleições, logística e preparação, segurança institucional, candidaturas, mesários e a força de trabalho convocada, urnas eletrônicas, fiscalização e auditoria, combate à desinformação, sustentabilidade, acessibilidade, consultas populares e prestação de contas.

3.1. GESTÃO DAS ELEIÇÕES

A gestão eficiente e transparente do processo eleitoral é essencial para garantir a legitimidade dos resultados e reforçar a confiança do povo nas instituições democráticas, especialmente aquelas diretamente responsáveis pelas eleições.

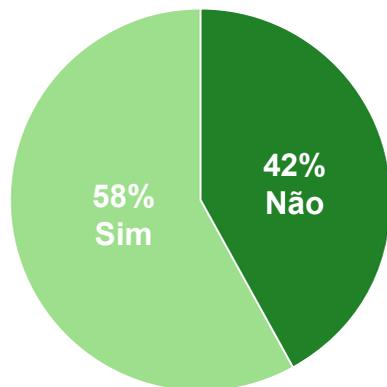
As principais funções relacionadas à gestão do processo eleitoral são:

- ✓ **Planejamento:** definição dos marcos (principais entregas) a serem atingidos considerando o calendário eleitoral e a gestão de riscos.
- ✓ **Organização:** desenvolvimento de normativos, políticas e manuais que servem de referência para a execução do processo.
- ✓ **Liderança:** direcionamento e definição de estratégias para a realização das entregas.

- ✓ **Controle:** monitoramento e avaliação dos resultados obtidos em cada fase do processo e a adoção de medidas corretivas, quando necessário.

Dotando-se os Tribunais Regionais de autonomia administrativa, os modelos de governança e gestão variam de acordo com as características regionais, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, com a maturidade em gestão e com a experiência em ferramentas tecnológicas.

O TRE tem uma unidade específica para a gestão das eleições?



Fonte: respostas dos TREs ao Formulário de Avaliação das Eleições.

Na apresentação gráfica acima, verifica-se que a maioria dos TREs dispõe de uma unidade exclusivamente centrada na gestão do processo eleitoral. Nos demais Tribunais, essa função é compartilhada entre as unidades de planejamento estratégico e as secretarias de tecnologia da informação. Em todos os casos, as eleições nos TREs são conduzidas de maneira estruturada, adotando-se planos e projetos específicos que envolvem diversas áreas do Tribunal, garantindo uma coordenação eficiente das atividades eleitorais.

Os Tribunais geralmente dispõem de um Plano Integrado de Eleições (PIE) ou programas semelhantes, divididos em projetos determinados, como logística, urnas eletrônicas, cadastro eleitoral e prestação de contas, por exemplo. Esses planos impõem acompanhamento rigoroso das atividades e dos prazos, sendo monitorados por comitês gestores ou pela alta administração de cada Tribunal.

A integração e a transparência do processo são frequentemente facilitadas por ferramentas tecnológicas, como sistemas de monitoramento e *softwares* especializados, que auxiliam no acompanhamento das tarefas e no gerenciamento das atividades, como:

- ✓ **Sistema de gestão de riscos:** ferramenta que auxilia no planejamento das atividades eleitorais, identificando riscos em processos e tarefas. O sistema calcula a probabilidade e o impacto de eventos de risco, sugerindo ações preventivas ou corretivas, e atribui responsáveis e prazos para o gerenciamento eficaz desses riscos.
- ✓ **Ferramenta de planejamento de projetos e gestão de tarefas:** permite definir prazos, atribuir responsáveis e monitorar o progresso das atividades eleitorais, garantindo o cumprimento das etapas e a eficiência no processo.
- ✓ **Plataforma de gestão de trabalho:** usada para aprimorar o controle das entregas essenciais e o monitoramento das atividades do planejamento integrado das eleições, garantindo maior visibilidade e eficiência no progresso das tarefas.
- ✓ **Plataforma web para o gerenciamento estratégico:** tem como objetivo otimizar a execução das tarefas relacionadas às eleições, facilitando o acompanhamento das atividades em tempo real.

- ✓ **Painéis gerenciais:** ferramenta de *business intelligence* que possibilita a análise e a visualização de dados, gerando relatórios interativos que auxiliam na tomada de decisões e no monitoramento do desempenho das atividades eleitorais.
- ✓ **Sistemas próprios desenvolvidos por TREs:** vários Tribunais Regionais desenvolveram sistemas próprios, centralizando todas as instruções e informações necessárias para o planejamento e execução das eleições. Esses sistemas oferecem suporte às zonas eleitorais e unidades do Tribunal, facilitando a comunicação e a resolução de demandas de forma ágil e eficiente.

3.2. LOGÍSTICA E PREPARAÇÃO

Para a eficiência e transparência do processo eleitoral, garantida a legalidade das atuações do Judiciário eleitoral, a logística e a preparação desempenham papel fundamental.

A logística relaciona-se à organização e ao transporte das urnas eletrônicas, dos materiais de votação, dos equipamentos de segurança e comunicação, além da definição dos locais de votação e a distribuição das equipes técnicas, mesários e trabalhadores convocados. A preparação respeita, entre outros aspectos importantes, ao treinamento adequado e à implementação de medidas de segurança para assegurar o cumprimento das normas e garantir o pleno exercício do direito cívico das cidadãs e dos cidadãos brasileiros.

A atuação das Forças Armadas no apoio logístico também foi muito importante. No primeiro turno das Eleições 2024, em 132 municípios de 10 estados, os militares encarregaram-se da distribuição de urnas, materiais de votação e auxiliaram a mobilidade de servidores da Justiça Eleitoral em regiões remotas ou em áreas que poderiam apresentar riscos

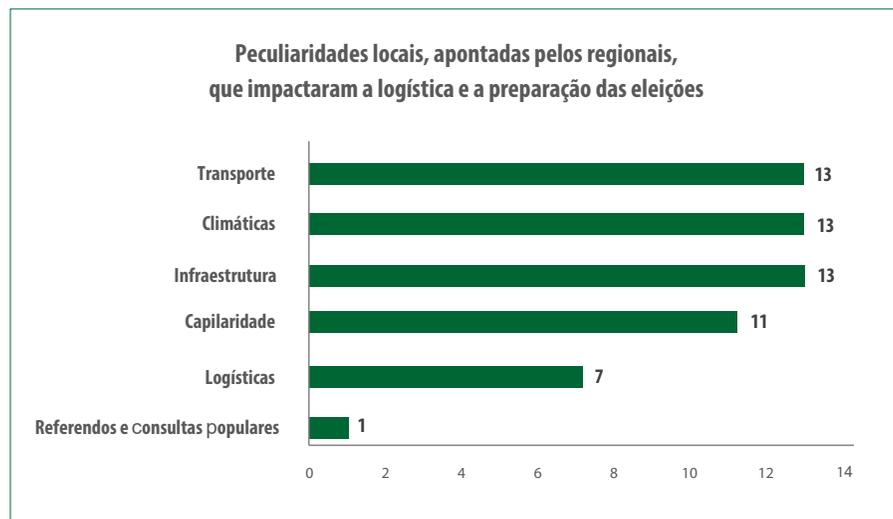
de instabilidade. As Forças Armadas também atuaram para assegurar a liberdade do voto e a normalidade da votação e apuração dos resultados no dia do primeiro turno das eleições em 502 municípios de 13 unidades da Federação. No segundo turno, a atuação das Forças Armadas foi observada em 1 município do Amazonas e em 2 municípios do Ceará, em diminuição considerável com outros pleitos, nos quais a requisição de forças federais foi em número muito maior.

No formulário de Avaliação das Eleições, quando os TREs foram questionados sobre os desafios enfrentados em relação à logística e preparação das urnas, 12 Tribunais (46%) citaram questões relacionadas à distribuição das urnas, 9 (34%) relataram problemas com entrega de mídias e 6 informaram dificuldades decorrentes de problemas contratuais ou infraestrutura imobiliária. Também foram mencionados óbices relativos ao recrutamento e treinamento de pessoas capacitadas para a logística e preparação por 5 Tribunais (19%).

Quando requisitadas informações sobre peculiaridades locais que teriam impactado a logística e a preparação das eleições, foram referenciadas as características climáticas do estado por metade dos TREs (13, ou 50%). Igual número de Tribunais também mencionou as condições de infraestrutura disponíveis ou problemas relacionados ao transporte dos equipamentos, sendo o mais recorrente a condição das estradas do País. Onze Tribunais também citaram a capilaridade, ou seja, a dispersão da distribuição dos municípios no estado como fator dificultador da realização dos trabalhos.

Em vários momentos a logística precisou ser reajustada para superar questões decorrentes de condições climáticas adversas. A eleição de 2024, portanto, demandou não apenas um esforço extraordinário em termos de logística e preparação, mas também uma integração eficiente entre diferentes institucionais estatais, que trabalharam reunidas para

superar obstáculos e garantir o exercício pleno da democracia. A seguir, representação gráfica das peculiaridades locais apontadas pelos Tribunais Regionais no item referente à logística e à preparação do processo de votação.



Fonte: respostas dos TREs ao Formulário de Avaliação das Eleições.

3.3. SEGURANÇA INSTITUCIONAL

No item relativo à segurança pública e institucional, várias ações estratégicas foram desenvolvidas, voltadas principalmente à proteção do processo eleitoral e ao combate a crimes eleitorais.

A Justiça Eleitoral, historicamente, conta com o apoio das Forças Armadas nas localidades para as quais o TSE solicita. Em 2024 foram mobilizados 23 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para ações de logística e de segurança. O efetivo mobilizado pelas Forças Armadas atuou em 15 estados.



Ainda para prevenir bloqueios nas estradas de forma a dificultar o acesso das eleitoras e dos eleitores aos locais de votação, a Presidente do TSE, Ministra Cármen Lúcia, e o Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo federal, Ricardo Lewandowski, assinaram a Portaria-Conjunta n. 1 de 19 de setembro de 2024, que estabeleceu regras específicas para a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nos 1º e 2º turnos das eleições municipais de 2024.

Em agosto de 2024, a Portaria-TSE n. 701 constituiu o Núcleo Institucional de Garantia dos Direitos Eleitorais para as eleições municipais, o qual, em colaboração com a Justiça Eleitoral, contribuiu sensível e seguramente para que se observasse a estrita legalidade das condutas de candidatos e respeito aos eleitores, a tranquilidade e a segurança dos(as) eleitores(as), dos(as) servidores(as) e dos(as) juízes(as) eleitorais no período de preparação e realização das eleições de 2024 e da apuração dos resultados.

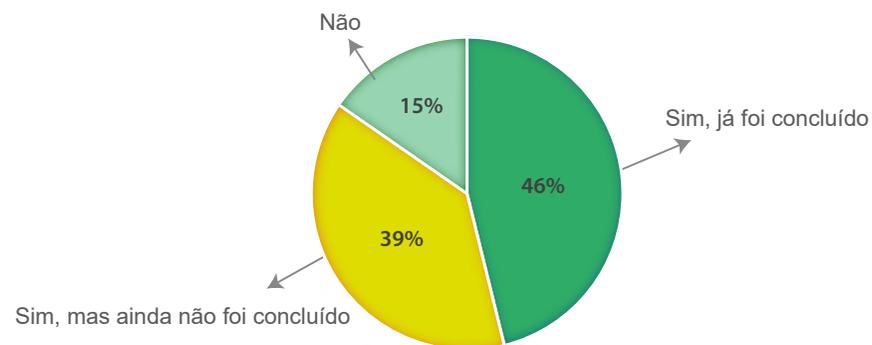
¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/eleicoes-2024-forcas-armadas-apoiam-justica-eleitoral-com-23-mil-militares-em-15-estados-1>>.

Além das ações de segurança implementadas em âmbito federal, os TREs também adotaram medidas coordenadas com as forças de segurança locais. 25 Tribunais Regionais formaram grupos específicos, nos quais a alta gestão do Tribunal – incluindo presidentes, desembargadores, juízes auxiliares e diretores-gerais – manteve comunicação integrada com as Polícias Civil e Militar, com os bombeiros, as guardas municipais e alguns departamentos estaduais de trânsito. O único Tribunal Regional que não constituiu esse grupo especializado recorreu a um núcleo de segurança institucional e inteligência permanente do Tribunal para realizar as articulações e, além da comunicação com as forças estaduais mencionadas, contou também com o apoio da concessionária de energia elétrica do estado e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Essas mobilizações tiveram como objetivo garantir a integridade do processo eleitoral, proteger as instalações dos Tribunais, cartórios e preservar a ordem pública durante o período eleitoral, especialmente nos dias de votação e em contextos de maior vulnerabilidade e risco para o eleitorado e o conjunto de candidatas e candidatos. A cooperação entre as diferentes forças de segurança (federais, estaduais e municipais) foi essencial para garantir a eficácia das ações e prevenir que qualquer tipo de evento pudesse comprometer a tranquilidade das eleições. Essa estratégia foi exitosa e garantiu um ambiente seguro para eleitoras, eleitores e profissionais atuantes no pleito.

Alguns TREs elaboraram seus próprios relatórios consolidados sobre as eleições de 2024, com informações sobre as ocorrências de segurança de seu conhecimento, com base nos contatos locais e nos grupos específicos mencionados antes.

Foi ou será produzido relatório final consolidado de ocorrências de segurança, policiais ou criminais no dia da votação?



Fonte: respostas dos TREs ao Formulário de Avaliação das Eleições.

A consolidação dos incidentes registrados durante o pleito permite que gestores eleitorais e forças de segurança identifiquem tendências locais, que possam contaminar ou comprometer a tranquilidade do processo eleitoral, além de possibilitar compreensão mais específica da magnitude dos problemas enfrentados no processo eleitoral nos estados. Esses relatórios podem ser fonte segura e de inegável importância para a avaliação e o aprimoramento das políticas e estratégias de segurança pública em eleições futuras.



MEMBRADO
MILITAR
BRASILEIRO

MEMBRADO
MILITAR
BRASILEIRO

MEMBRADO
MILITAR
BRASILEIRO

MEMBRADO
MILITAR
BRASILEIRO

3.4. CANDIDATURAS

Para as eleições de 2024, a Justiça Eleitoral recebeu 463.394² pedidos de registro de candidatura.

Nos termos do art. 14 da Constituição do Brasil, para se candidatar a cargo eletivo estatal o cidadão deve atender condições de elegibilidade estabelecidas pelo sistema jurídico. Entre essas condições estão a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição onde deseja concorrer, a filiação partidária e o cumprimento da idade mínima exigida para cada cargo posto em disputa. A idade mínima varia conforme o cargo, sendo 21 anos, completos até a posse, para os cargos de prefeito ou vice-prefeito, e 18 anos, completados até o prazo de registro de candidatura, para vereador.

O direito eleitoral brasileiro não adota a candidatura avulsa, quer dizer, mesmo que o candidato tenha filiação partidária, ele deve estar formalmente vinculado a um partido político para concorrer a algum cargo público (Lei n. 9.504/1997, art. 11, § 14).

As normas específicas para o registro de candidaturas nas eleições de 2024 são definidas na Constituição da República de 1988, na legislação eleitoral e também na Resolução-TSE n. 23.609, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Resolução-TSE n. 23.729, de 27 de fevereiro de 2024. Essa norma infralegal baseou-se em sugestões de instituições, sociedade civil e partidos políticos. A atualização normativa também contou com a contribuição de um grupo de trabalho denominado GT-Cand, criado pela Portaria-TSE n. 450/2023. Esse grupo tem a atribuição de realizar estudos e análises para melhorar o processo de registro de candidaturas,

incluindo aspectos como horário eleitoral gratuito, pesquisas eleitorais e processamento eletrônico dos registros. O GT-Cand acompanha as demandas relacionadas às eleições municipais ordinárias e suplementares de 2024, contribuindo também para a gestão dos sistemas e dos aplicativos eleitorais.

O grupo de trabalho, composto por servidores do TSE e dos TREs, também foi responsável por definir os requisitos para o desenvolvimento de sistemas necessários, monitorando o progresso, realizando testes, homologando versões e oferecendo suporte aos TREs.

Na busca dos necessários aperfeiçoamentos para ampliar a inclusão e a diversidade, a Resolução-TSE n. 23.729/2024 fez inserir importantes inovações, sempre coerente com o disposto na legislação vigente. Essas normas infralegais decorreram da análise feita de dados que advieram de coleta de elementos sobre identidade de gênero, orientação sexual e pertencimento a comunidades quilombolas. Também se inovou com a vinculação do nome social à identidade de gênero, permitindo que candidatas e candidatos transgêneros fossem identificados de forma respeitosa e condizente com sua identidade pessoal e segundo sua decisão livre, sempre respeitada pela Justiça Eleitoral e mantida como dados sensíveis com os cuidados que a legislação impõe a tais itens. Essas inclusões reconhecem e respeitam, também no momento do registro das candidaturas, a diversidade social brasileira no processo eleitoral.

² Fonte: Estatísticas de candidaturas, consulta realizada em 29/11/2024, às 12h30.



Treinamento de
MESÁRIOS 2024

3.5. MESÁRIOS E FORÇA DE TRABALHO CONVOCADA

Para as eleições, a Justiça Eleitoral convoca e nomeia cidadãos para diversas atividades, que são desenvolvidas por eleitoras e eleitores, voluntários em sua maioria, nos locais de votação, nos cartórios e nas juntas eleitorais. Esse importante grupo de trabalhadores devotados, que são convidados ou convocados, atua nas Mesas Receptoras de Votos e de Justificativa, nas juntas eleitorais e no apoio logístico nos locais de votação e cartórios eleitorais e nos testes de integridade das urnas.

Este ano, foram 356.985 pessoas convocadas para trabalhar nas funções de: auxiliar de escrutínio, escrutinador, membro de junta eleitoral, presidente de junta eleitoral, secretário de turma apuradora, secretário-geral de junta eleitoral, administrador de prédio, coletor de justificativa, coordenador de acessibilidade, instrutor, auxiliar de auditoria, auxiliar de divulgação, auxiliar de transporte, auxiliar de serviços eleitorais, entre outros.

Para a função de mesários nas seções eleitorais, a Justiça Eleitoral convocou 1.925.401³ pessoas, sendo 994.941 voluntárias. De se anotar que a participação feminina é expressiva, com 1.351.252 mulheres convocadas, o que representa 70,18% do total.

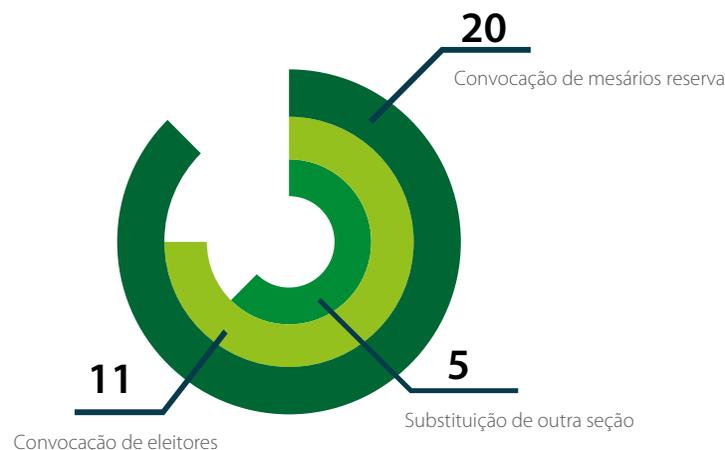
Para promover o respeito à identidade de gênero, foi garantida a possibilidade de identificação pelo nome social, e 576 mesárias e mesários fizeram uso dessa opção. A inclusão e a diversidade nas funções eleitorais também se evidenciam com a participação de 5.952 mesários com deficiência. Esses números refletem o enorme engajamento de cidadãos de diferentes contextos na realização do processo democrático.

³ Fonte: Estatísticas de mesárias e mesários, consulta realizada em 29/11/2024, às 12h30.

Os mesários e as mesárias são cidadãos, convocados(as) ou voluntários(as), que atuam nas Mesas Receptoras de Votos (MRV), dentro da seção eleitoral, ou nas Mesas Receptoras de Justificativas (MRJ), fora da seção eleitoral, exercendo as funções de presidente, 1^a(º) mesária(o), 2^a(º) mesária(o) e secretária(o). Eles(as) atuam tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições. Suas principais responsabilidades são organizar o processo eleitoral, manter a ordem e a regularidade nas mesas, preservar a integridade do processo eleitoral, garantir o sigilo do voto e assegurar que as pessoas possam votar de forma livre, em ambiente tranquilo e democrático.

Como a vida sempre pode surpreender e sobrevir, por exemplo, ausência de mesários(as) no dia da eleição, pelo formulário de Avaliação das Eleições se questionou a Justiça Eleitoral nos estados e os cartórios eleitorais sobre as providências adotadas em tal situação.

Como foram substituídos os mesário faltosos?



Fonte: respostas dos TREs ao Formulário de Avaliação das Eleições.

A maioria dos TREs (20, ou 77%) informou a realização da convocação de mesários(as) reservas para os trabalhos. Onze Tribunais (42%) também afirmaram que, de forma emergencial, convocam eleitores presentes na seção para a execução dos trabalhos. Alguns regionais (5, ou 19%) relataram ainda o remanejamento de mesários(as) de seções menos deficitárias para alocação no lugar dos faltantes.

Para colaborar voluntariamente com a Justiça Eleitoral deve-se fazer contato com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado ou com o cartório eleitoral em que está inscrito o eleitor. Para atuar como mesária ou mesário, a eleitora ou o eleitor recebe treinamentos específicos e orientações de técnicos da Justiça Eleitoral, que os preparam para o dia da eleição.

A Justiça Eleitoral disponibilizou página exclusiva para inscrição de mesárias e mesários, nela sendo explicitados os benefícios dessa participação e o esclarecimento das principais dúvidas sobre o tema, oferecendo-se acesso à legislação vigente, ao treinamento e muito mais. Também foi (e continua sendo) possível acessar o portal e as redes sociais do TSE para acompanhar os processos de treinamento, a atualização e aprendizagem e também as campanhas publicitárias relacionadas às Eleições 2024 pelos dispositivos e funcionalidades oferecidas às mesárias e aos mesários e à cidadania que se interesse pelo acompanhamento dessa atuação específica.

O TSE conta com o grupo de trabalho GT-Mesários, cuja atribuição é desenvolver, de modo unificado, todo o material instrucional para a capacitação unificada de mesárias e mesários: manual, guia rápido, *folders*, vídeo instrucional, e o treinamento acessível pelo aplicativo Mesário e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem da Justiça Eleitoral (AVA). O GT-Mesários, instruído pela Portaria-TSE n. 450/2024, conta com a participação de representantes de diversas unidades do TSE e com especialistas dos TREs.

3.6. URNAS ELETRÔNICAS

A criação da urna eletrônica no Brasil decorreu de uma necessidade ética imperiosa em história melancólica de viciosidade comprometedora das liberdades dos votantes e da igualdade dos candidatos e das candidatas. Fez-se necessária resposta às fraudes que ocorriam em diversas etapas do processo eleitoral. A informatização do voto surgiu com o objetivo de diminuir ao máximo a intervenção humana, fator que, se não era causa dos vícios, muito contribuía para que eles não fossem sanados. A evolução tecnológica trouxe a segurança para as eleições promovendo a confiança da população no processo eleitoral.

O parque de equipamentos disponível para utilização nas Eleições 2024 teve 571.024 urnas eletrônicas disponibilizadas, incluindo as de contingência, das quais aproximadamente 70% eram de modelos mais novos. Foram usados os modelos UE2013, UE2015, UE2020 e UE2022. O modelo 2020 foi utilizado pela primeira vez nas Eleições 2022 e o de 2022 estreou no pleito de 2024⁴.

Moderna, confiável e dotada de mais funcionalidades para a inclusão facilitada de todo o eleitorado, a urna eletrônica preparada para as eleições de 2024 foi equipada com novo recurso de acessibilidade para auxiliar pessoas com deficiência visual no momento do voto. Além de oferecer instruções básicas para o início do processo, a ferramenta de sintetização de voz foi aprimorada para informar também o nome da candidatura escolhida, além dos números digitados e o cargo que está em votação no momento, como em eleições anteriores. O novo sintetizador de voz foi batizado de “Letícia” e dispõe de toque mais humanizado, atendendo a uma sugestão da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB).

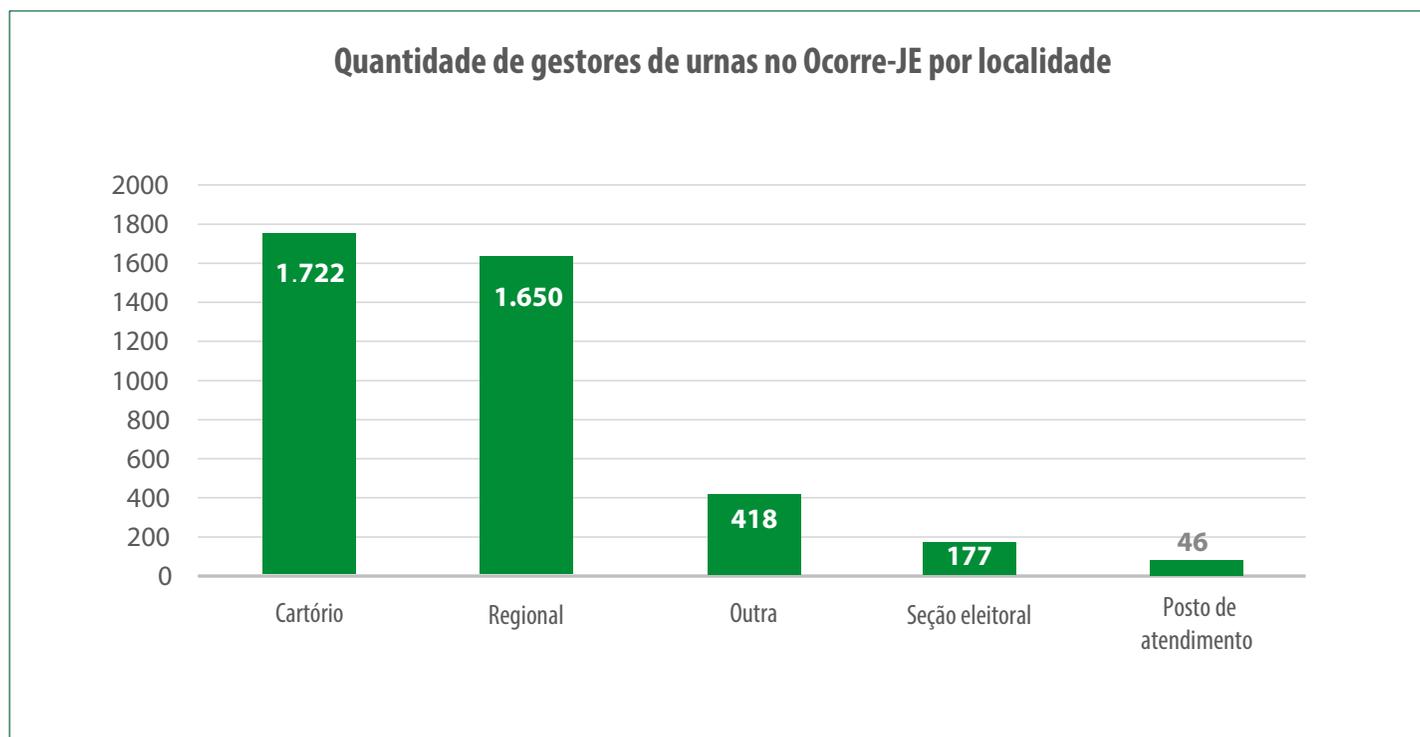
⁴ Para mais informações sobre as urnas eletrônicas, acesse <https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/>.

Essa novidade somou-se aos outros recursos de acessibilidade já existentes com as teclas com sensibilidade tátil (braille) e audível (clique), saída de áudio para fones de ouvido e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para monitorar o funcionamento das urnas em tempo real durante a votação e gerar boletins estatísticos nacionais, foi desenvolvido o sistema Ocorre-JE, destinado ao registro de ocorrências eleitorais nos dias de eleição. Um total de 4.013 servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, distribuídos pelos 26 estados, foram designados para registrar no Ocorre-JE as ocorrências relacionadas às urnas eletrônicas e o tratamento conferido em cada caso.

Esses profissionais, denominados “gestores de urnas” pelo sistema, desenvolvem em consonância com as informações disponibilizadas pelos Tribunais Regionais, permanecendo, em geral, nos cartórios ou nos Tribunais mesmo durante todo o dia da votação.

Quanto à estabilidade dos equipamentos de votação, no primeiro turno das Eleições Municipais 2024, registrou-se a menor taxa de substituição de urnas da história. Apenas 1,30% contra 1,95% em 2022; 1,65% em 2020; e 1,78% em 2018. Em que pese o extraordinário desempenho, há sempre espaço para melhorias, em especial às urnas 2013.



Fonte: respostas dos TREs ao Formulário de Avaliação das Eleições.

3.7. FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

Considerando as diferentes fases do processo eleitoral, há diversas oportunidades para a auditoria do processo eletrônico de votação, como:



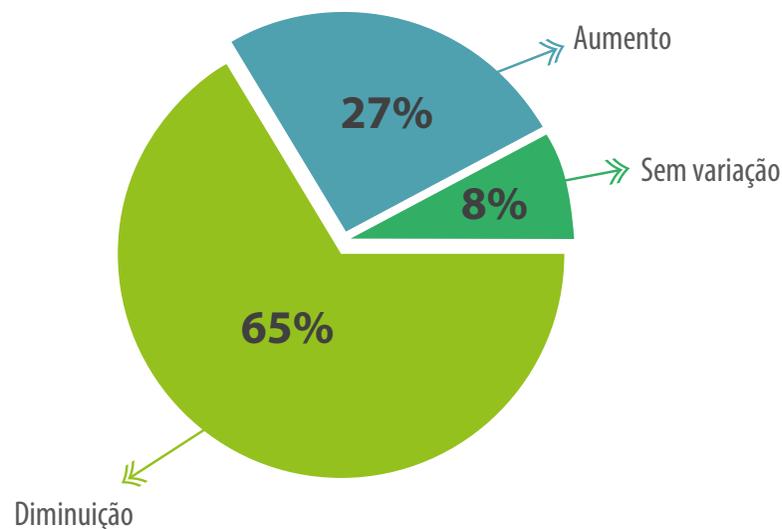
O processo eleitoral é aberto à fiscalização de mais de uma centena de entidades. De acordo com art. 6º da Resolução-TSE n. 23.673/2021, alterada pela Resolução-TSE n. 23.673/2023, que normatiza o tema, estão aptas a fiscalizar o processo eleitoral as seguintes instituições:

- ✓ partidos políticos, federações e coligações;
- ✓ Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- ✓ Ministério Público;
- ✓ Congresso Nacional;
- ✓ Controladoria-Geral da União;
- ✓ Polícia Federal;
- ✓ Sociedade Brasileira de Computação;
- ✓ Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
- ✓ Conselho Nacional de Justiça;
- ✓ Conselho Nacional do Ministério Público;
- ✓ Tribunal de Contas da União;
- ✓ Confederação Nacional da Indústria, demais integrantes do Sistema Indústria e entidades corporativas pertencentes ao Sistema S;
- ✓ entidades privadas brasileiras, sem fins lucrativos, com notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública, credenciadas no TSE; e
- ✓ departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas no TSE.

No Formulário de Avaliação das Eleições, os TREs foram questionados sobre a participação das entidades fiscalizadoras nas fases de auditoria em comparação com pleitos anteriores. Nas respostas, 17 Tribunais

(65%) indicaram diminuição na participação e 7 (27%) afirmaram ter havido aumento da presença de entidades fiscalizadoras.

Houve aumento ou diminuição da participação das entidades fiscalizadoras nas fases de auditoria?



Ressalta-se que, além das instituições antes mencionadas, as cidadãs e os cidadãos também podem participar. Os Testes de Integridade das Urnas Eletrônicas, por exemplo, são realizados por todos os Tribunais Regionais no mesmo dia e hora da votação em locais públicos, abertos à participação de qualquer cidadã ou cidadão. A partir de 2022, os testes de integridade passaram a ser também realizados nos próprios locais de votação, com a participação de eleitoras e eleitores voluntários, que habilitam as urnas com suas digitais, levando o evento para mais perto da população e aumentando o leque de auditorias disponíveis.

3.8. ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

O TSE realiza ações e campanhas voltadas ao combate à desinformação, buscando ressaltar a credibilidade da Justiça Eleitoral, a segurança, a auditabilidade e a transparência do sistema de votação e das urnas eletrônicas.

Destaca-se o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (PPED), instituído pela Portaria-TSE n. 510 de 4 de agosto de 2021, cujo escopo é a redução dos efeitos nocivos da desinformação relacionada à Justiça Eleitoral e aos seus integrantes, ao sistema eletrônico de votação, ao processo eleitoral em suas diferentes fases e aos atores nele atuantes.

O PPED atua em três linhas principais: informação, orientação e combate à desinformação em si. Foram desenvolvidas parcerias com as principais plataformas de mídias sociais com o objetivo de combater, de maneira rápida, a desinformação com a contrainformação verdadeira, legítima e proveniente de fonte fidedigna.

Dentre as ações desenvolvidas no programa destacam-se:

- ✓ Coalizão para Checagem;
- ✓ página Fato ou Boato;
- ✓ *chatbot* no WhatsApp;
- ✓ notificações nos aplicativos e-Título, Mesários e Pardal;
- ✓ uso das *hashtags* #EuVotosemFake, #NãoTransmitaFakeNews e #Partiu/Votar;
- ✓ campanha “Se for *Fake News*, Não Transmita”;

- ✓ cancelamento de contas que promoveram envio em massa de mensagens nas eleições;
- ✓ II Seminário Internacional de Desinformação nas Eleições;
- ✓ instituição da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação;
- ✓ criação do Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral (Profi);
- ✓ criação do Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições;
- ✓ criação do canal oficial no Telegram;
- ✓ instituição da Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação (Frente);
- ✓ lançamento do Pause!! – Boletim de Enfrentamento à Desinformação.

Em 2024, o TSE instituiu o Centro de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (Ciedde) como iniciativa estratégica para aprimorar suas funções na luta contra a disseminação de informações falsas e enganosas que podem comprometer a integridade do processo eleitoral.

O Centro é uma resposta coordenada e integrada aos desafios impostos pela desinformação, com o objetivo de proteger a Justiça Eleitoral, o sistema de votação eletrônica e o processo eleitoral em geral. Essa estratégia integra o TSE, os TREs, o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Federal da OAB (CFOAB), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a Polícia Federal e a Anatel.

Memorandos de entendimento foram firmados, neste ano de 2024, com as plataformas TikTok, LinkedIn, Facebook, WhatsApp, Instagram, Google, Kwai e Telegram, com ações para prevenir, impedir ou diminuir os efeitos negativos da desinformação eleitoral.

Nesse contexto, foi publicado o Programa permanente de enfrentamento à desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral – Plano Estratégico – Eleições 2024, que relata as providências do TSE para reduzir os efeitos nocivos da desinformação relacionada à JE, ao sistema eletrônico de votação, ao processo eleitoral em suas diferentes fases e às pessoas e instituições nele envolvidas.

Para o ciclo eleitoral de 2024 foram estabelecidos no Plano os seguintes projetos:

- ✓ Projeto 1 – Capacitação das(os) integrantes da Justiça Eleitoral para o enfrentamento à desinformação;
- ✓ Projeto 2 – Capacitação para o público interno e externo sobre o processo eleitoral;
- ✓ Projeto 3 – Modernização e integração do Siade;
- ✓ Projeto 4 – Criação do Centro de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (Ciedde);
- ✓ Projeto 5 – Rede eleitoral conectada: comunicação próxima e efetiva para o cumprimento da Resolução-TSE n. 23.610/2019.

Também foi implantado, no TSE, o SOS Voto, ferramenta auxiliar criada para receber relatos sobre mentiras e desinformação relacionadas ao processo eleitoral nas redes sociais. Pelo canal/telefone 1491, cidadãos e cidadãs puderam registrar suas denúncias e receber orientações sobre o encaminhamento dessas informações diretamente no Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral (Siade). Somente no primeiro turno das Eleições 2024 foram registradas 706 denúncias dessa natureza desinformativa pelo SOS Voto.

3.9. SUSTENTABILIDADE

Desde a promulgação da Constituição do Brasil, que introduziu, no ordenamento jurídico, dispositivos sobre sustentabilidade, a temática socioambiental passou a integrar o conjunto de assuntos também cuidados pelo Poder Judiciário. Na Justiça Eleitoral, é de se destacar a Resolução-TSE n. 23.474/2016, que regulamenta as competências das unidades socioambientais nos TREs e estabelece a implementação do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral.

Por essa resolução, o TSE, órgão central do sistema eleitoral, incorporou o tema da sustentabilidade à Justiça Eleitoral, enfatizando a adoção de práticas sustentáveis nas contratações, nos processos administrativos e no uso de tecnologias limpas. Alinhada aos pilares sociais, econômicos, ambientais e culturais da sustentabilidade, a Justiça Eleitoral implementa o Plano de Logística Sustentável (PLS) nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior Eleitoral. O objetivo daquele plano é estabelecer, por diversos indicadores de sustentabilidade, novas diretrizes de consumo e produção, visando à redução de gastos públicos, à preservação do meio ambiente e à promoção da inclusão social.

Em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Acordo de Paris para a redução das emissões de gases de efeito estufa, os TREs, desde 2023, passaram a elaborar inventários de emissão de gases de efeito estufa. O objetivo é identificar essas emissões e, na sequência, reduzir sua quantidade, com a meta de promover a descarbonização no sistema eleitoral e implementar uma agenda de carbono zero.

Objetivando promover uma eleição segundo um quadro de sustentabilidade, o TSE coordena o descarte ambientalmente adequado das urnas eletrônicas não mais disponíveis para uso nas eleições.

Pela obsolescência tecnológica, do aumento nos custos de manutenção e da falta de espaço para o armazenamento de novos equipamentos, todos os Tribunais Regionais participam do recolhimento das urnas com mais de 10 anos de uso, que são descartadas por leilão de bens considerados inservíveis. A empresa vencedora do leilão, responsável pelo descarte, tem a obrigação de reciclar no mínimo 95% dos materiais, devendo os 5% restantes ser enviados para aterros certificados.

Os componentes das urnas, como plásticos, borrachas, fios de cobre e cabos eletrônicos, são reciclados e transformados em novos produtos, como solas de sapato e carenagens de plástico para motocicletas. Ressalta-se que todo o processo de destinação ambientalmente adequada das urnas eletrônicas não gera custos para a Justiça Eleitoral. Diferentemente disso, o leilão acarreta retorno de aproximadamente 1 milhão de reais aos cofres públicos.

3.10. ACESSIBILIDADE

A Justiça Eleitoral tem se empenhado constantemente na valorização da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da Constituição do Brasil, para garantir a participação plena de todas as eleitoras e de todos os eleitores no exercício do voto.

Com a Resolução-TSE n. 23.981/2012 foi instituído o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, com o objetivo de proporcionar igualdade de acesso aos serviços eleitorais e assegurar a autonomia do voto para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Desde então, diversas ações têm sido implementadas para garantir a inclusão e a plena participação eleitoral dessas pessoas. A Resolução-TSE n. 23.736/2024,

que dispõe sobre os atos gerais das eleições de 2024, reflete e amplia os procedimentos e garantias do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, dentre as quais se destacam os seguintes recursos.

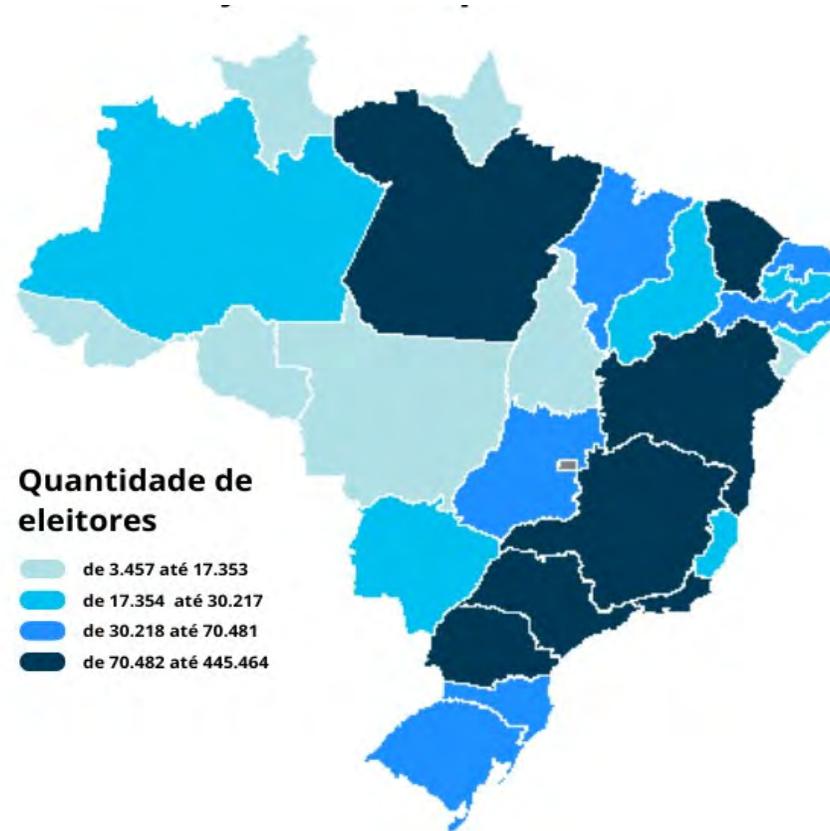
- ✓ Adaptação das urnas eletrônicas, equipadas com teclas em braille, recurso de áudio com voz sintetizada e intérpretes de Libras.
- ✓ Acessibilidade aos locais de votação, com a alocação preferencial de seções eleitorais em espaços livres de barreiras arquitetônicas.
- ✓ Treinamento específico para capacitar mesárias e mesários no atendimento a eleitoras e eleitores com alguma deficiência de forma adequada e acolhedora.
- ✓ Liberação do acesso da pessoa idosa, com deficiência ou com mobilidade reduzida aos estacionamentos dos locais de votação ou a reserva de vagas próximas.
- ✓ Orientações para que a montagem das seções eliminem obstáculos que impeçam ou dificultem o exercício do voto pelas pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo o correto posicionamento da urna.
- ✓ Preferência para votar é extensível à(ao) acompanhante ou à(ao) atendente pessoal, ainda que essa(e) não vote na mesma seção eleitoral da(o) titular.
- ✓ Fornecimento gratuito de fone de ouvidor descartável (às) aos deficientes visuais para uso do recurso de áudio das urnas.
- ✓ Preferência para votar e o direito à assistência e ao auxílio por alguém de sua escolha no ato de votar.
- ✓ Possibilidade de eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida solicitarem a transferência temporária

(Transferência Temporária de Eleitor – TTE) de sua seção eleitoral para local mais acessível, mesmo após o encerramento do período regular de alistamento. Neste ano, essa possibilidade ficou aberta entre 22 de julho e 22 de agosto.

- ✓ Nomeação de um coordenador de acessibilidade em cada local de votação para o atendimento às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.
- ✓ Providências, pelo poder público, para assegurar, nos dias de votação, a oferta gratuita de transporte coletivo, dando-se preferência, sempre que possível, à requisição de veículos de transporte coletivo adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- ✓ Formulários para “Identificação de Eleitora e Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida” oferecidos, nas seções eleitorais, para que a pessoa com deficiência requeira o registro de sua condição no Cadastro Eleitoral.
- ✓ Direito de eleitores com alguma deficiência à assistência e ao auxílio por alguém de sua escolha no ato de votar.

Nas eleições de 2024, mais de 1,4 milhão de eleitoras e eleitores com deficiência estava apto a votar, representando o maior número registrado nos últimos anos para esse segmento do eleitorado.

Eleitorado com deficiência nas Eleições Municipais 2024



Fonte: portal Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (PDA-TSE).

Assim, uma das principais funções da Justiça Eleitoral é garantir que os locais de votação, para eleitoras e eleitores com ou sem deficiência ou mobilidade reduzida, sejam livres de barreiras arquitetônicas e disponham dos recursos necessários para o exercício do direito de voto de forma acessível e sem complicações.

Em 2024, com esse objetivo, foram implantadas 180.191 seções principais com acessibilidade. Além disso, a Justiça Eleitoral estabeleceu parcerias com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e com os Conselhos Municipais, para incentivar a participação voluntária de pessoas com conhecimentos em Libras, como mesárias e mesários.

O TSE também prestou apoio contínuo aos Tribunais Regionais para a implementação de medidas de acessibilidade nas eleições.

3.11. CONSULTAS POPULARES

As consultas populares estão previstas no art. 14 da Constituição Federal e regulamentadas pela Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998. A Emenda Constitucional n. 111/2021 definiu que as consultas populares devem ser realizadas concomitantemente às eleições municipais. Elas podem ser realizadas de duas formas: plebiscito ou referendo. O plebiscito ocorre antes da criação de uma lei e o referendo acontece após a aprovação de uma lei pelo Poder Legislativo.

O plebiscito possibilita que eleitoras e eleitores votem sobre uma proposta antes de sua implantação. E o referendo possibilita que as eleitoras e eleitores confirmem ou rejeitem decisão previamente adotada pelo Poder Legislativo ou pelo Executivo. São ambos mecanismos de democracia direta. Para que as consultas populares sejam realizadas simultaneamente às eleições municipais, elas devem ser aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes do primeiro turno do pleito.

Nas duas formas aproveita-se a organização e a estrutura da Justiça Eleitoral na votação do primeiro turno para coletar a aprovação da população.

Como antes anotado, nas eleições de 2024, cinco municípios, em quatro estados brasileiros, realizaram consultas populares simultaneamente ao 1º turno das Eleições Municipais 2024.

Plebiscitos em 2024

- ✓ **“Sim” para o passe livre estudantil em São Luís/MA:** a maioria dos eleitores apoiou a implementação do passe livre estudantil no município. Um total de 523.711 eleitoras e eleitores (89,91%) votaram a favor, enquanto 58.788 (10%) votaram contra. A consulta teve 582.499 votos válidos (96,65%), com 12.620 votos em branco (2,09%) e 7.570 votos nulos (1,26%).
- ✓ **“Sim” para mudança de nome de município no Maranhão:** eleitores do Maranhão aprovaram a alteração do nome do Município de Governador Edison Lobão para Ribeirãozinho do Maranhão. A mudança foi aprovada por 11.075 eleitores (88,87%), enquanto 2.130 (16,13%) se manifestaram contra. No total, 13.377 pessoas participaram da consulta (86,26%). Os votos em branco somaram 96 (0,7%) e os nulos foram 76 (0,57%).
- ✓ **“Não” para a construção de centro administrativo em Dois Lajeados/RS:** a proposta de construção de um novo centro administrativo municipal no Parque Municipal de Eventos João de Pizzol foi rejeitada pela maioria das eleitoras e dos eleitores. O “não” obteve 2.225 votos (81,44%), enquanto 507 (18,56%) votaram a favor. A consulta registrou 2.732 votos válidos (95,46%), 29 votos nulos (1,01%) e 101 votos em branco (3,53%).
- ✓ **“Sim” para a alteração do nome do município em São Luiz/RR:** os eleitores aprovaram a alteração do nome do município para São Luiz do Anauá, em Roraima. A mudança foi aprovada por 4.387 eleitoras e eleitores (83,43%), contra 871 (16,57%) que

votaram contra. A consulta contou com 5.258 votos válidos (98,85%), 11 votos nulos (0,21%) e 50 votos em branco (0,94%).

Referendo

- ✓ **“Não” para a alteração da bandeira de Belo Horizonte/MG:** a proposta de alteração da bandeira do município foi rejeitada pela maioria dos eleitores. O “não” foi escolhido por 1.086.145 eleitores (84,32%), enquanto 201.950 votaram a favor da mudança. A consulta registrou 1.288.095 votos válidos (91,73%), 31.286 votos nulos (2,23%) e 84.904 votos em branco (6,05%).

3.12. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com a crescente e justa demanda da sociedade por mais transparência nas candidaturas daqueles que pretendem, pela política, ajudar a definir, tem sido mais e mais necessário o aprimoramento da forma e do tempo de prestação de contas eleitorais. Com o advento da Lei Complementar n. 135, de 2010, passou-se a exigir mais informações sobre como as candidatas e os candidatos arrecadam e gastam recursos na disputa eleitoral e também de onde vem e para onde se destinam os recursos arrecadados. Desde então, as normas vêm sendo atualizadas pelo TSE a cada ciclo eleitoral.

Na prestação de contas eleitorais, há a apresentação de documentos que comprovem a licitude das contas da candidata e do candidato e do respectivo partido político quanto aos recursos que receberam e gastaram na campanha eleitoral. Como o abuso do poder econômico é

causa de contaminação do processo eleitoral, compete à Justiça Eleitoral garantir a isonomia das candidaturas e a ética no dispêndio dos recursos públicos (dos Fundos) e privados arrecadados e gastos nas campanhas. As candidatas, os candidatos e os partidos políticos prestam contas à Justiça Eleitoral de toda a movimentação de campanha, conforme a competência, nacional, estadual ou municipal, no prazo e na forma previstos nas Resoluções n. 23.607, de 17 de dezembro de 2019, e n. 23.731, de 27 de fevereiro de 2024, que regulamentam a prestação de contas eleitoral.

Todos os candidatos ou todas as candidatas têm a obrigação de prestar contas da campanha, inclusive aqueles(as) que não fizeram campanha, não tiveram votos, não tiveram movimentação financeira, desistiram da candidatura, renunciaram à candidatura ou tiveram o registro indeferido pela Justiça Eleitoral.

No formulário de Avaliação das Eleições, indagou-se a cada TRE quais foram os problemas ou as dificuldades ocorridos nas prestações de contas. Dezenove TREs (73%) mencionaram a limitação de força de trabalho capacitada, sendo esse o óbice mencionado com maior frequência. A questão relacionada ao prazo exíguo para a análise foi relatado por 14 TREs (54%). Também foram referidos o atraso no envio de documentos pelos prestadores de contas (8 Regionais, ou 31%) e as dificuldades relacionadas aos sistemas utilizados (6, ou 23%).

Relativamente à força de trabalho empregada, atuam nessa tarefa 2.089 pessoas. Catorze Tribunais (54%) afirmaram ter sido necessária a requisição de servidores para essa específica tarefa no período eleitoral e para o período subsequente.

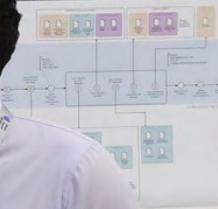
ABERTURA DO CÓDIGO-FONTE

VEZ DA
DEMOCRACIA
ELEIÇÕES 2022



Tribunal
Superior
Eleitoral

TURA DIGITAL E LACRAÇÃO DOS SISTEMAS ELEITORAIS



SISTEMAS
TOTALIZAÇÃO







VISÃO SISTÊMICA DA GOVERNANÇA

TESTE DE OBRAS
MARCELLE DE SÁ
APOIO TÉCNICO



PAULO MENEZES
RICARDO DE AZEVEDO MARQUES
RENATA DE ARAÚJO SOARES
CARLOS MOURA
MARCOS MARTINS
GABRIEL LIMA
GUSTAVO LIMA
GUSTAVO LIMA
GUSTAVO LIMA
GUSTAVO LIMA

Justiça Eleitoral

Vez da Democracia
ELEIÇÕES 2024

CDE CENTRO DE DIVULGAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Vez da Democracia
ELEIÇÕES 2024

Justiça Eleitoral



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Emenda Constitucional n. 111, de 28 de setembro de 2021*. Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc111.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: L9504. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Gov.br. *Eleições 2024: Forças Armadas apoiam justiça eleitoral com 23 mil militares em 15 estados*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/eleicoes-2024-forcas-armadas-apoiam-justica-eleitoral-com-23-mil-militares-em-15-estados-1>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Eleições 2024: acompanhe as ocorrências de segurança pública em todo o Brasil neste 1º turno. Balanço parcial apontou mais de 2,6 mil crimes e 515 prisões. As ocorrências mais comuns foram boca de urna, compra de votos e propaganda irregular. Forças de segurança estiveram reunidas no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional neste domingo (6)*. Brasília: MJSP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/eleicoes-2024-acompanhe-as-ocorrencias-de-seguranca-publica-em-todo-o-brasil-neste-1o-turno>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Relatório operacional: eleições municipais 2024, 2. turno: indicadores 20h00*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2024. última atualização 27.10.2024, 20:04:17. Disponível em: [painel-eleicoes-2024-ciccn_segundo-turno-5-1.pdf](#). Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Portaria TSE n. 510, de 4 de agosto de 2021*. Institui o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral e disciplina a sua execução. Brasília, DF: TSE, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2021/portaria-no-510-de-04-de-agosto-de-2021>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Resolução-TSE n. 23.474, de 19 de abril de 2016*. Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE). Brasília, DF: TSE, 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2016/resolucao-no-23-474-de-19-de-abril-de-2016#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%2023.474%2C%20DE%2019%20DE%20ABRIL%20DE,Plano%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel%20da%20Justi%C3%A7a%20Eleitoral%20%28PLS-JE%29>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Resolução TSE n. 23.607, de 17 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília, DF: TSE, 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Resolução TSE n. 23.673, de 14 de dezembro de 2021*. Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação. Brasília, DF, TSE, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2021/resolucao-no-23-673-14-de-dezembro-de-2021>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Resolução TSE n. 23.731, de 27 de fevereiro de 2024*. Altera a Resolução-TSE nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília, DF: TSE, 2024. Disponível em: RESOLUÇÃO Nº 23.731, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 — Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. *Resolução TSE n. 23.729, de 27 de fevereiro de 2024*. Altera a Resolução-TSE nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições. Brasília, DF: TSE, 2024. Disponível em: RESOLUÇÃO Nº 23.729, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 — Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Portal de Dados Abertos do TSE*. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Portal do TSE. *Portal de dados abertos: Estatísticas eleitorais*. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>. Acesso em: 5 dez. 2024.





Esta obra foi composta na Myriad Pro, corpo 11,5 e entrelinhas de 16 pontos,
em papel Cartão Supremo 250 g/m² (capa) e AP 120 g/m² (miolo).

